



1. Acompanhamento da Execução Orçamentária

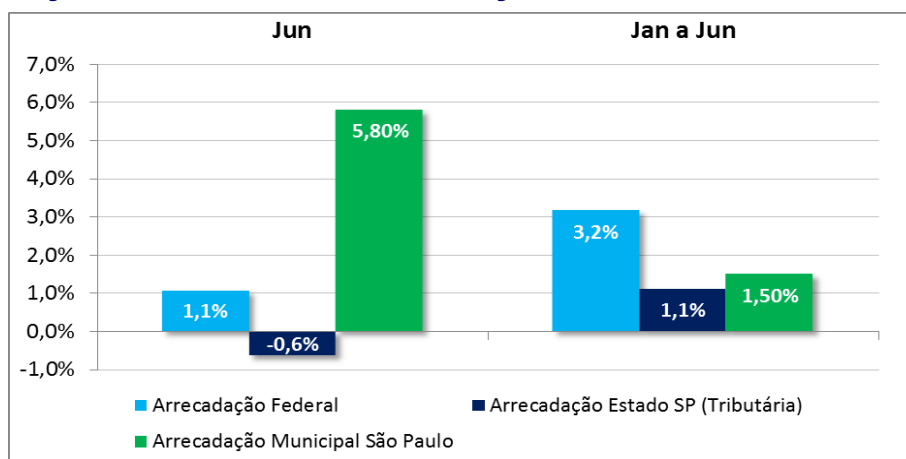
1.1 Receita Arrecadada

A receita arrecadada de janeiro a junho/2016 pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP (administração direta) foi de R\$ 23,0 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 1,5% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015. Descontando a taxa de inflação acumulada nos últimos doze meses (de 8,84%, segundo o IPCA/IBGE) houve uma queda de 6,8% em termos reais. Considerando apenas o mês de junho, houve um crescimento nominal de 5,8%.

O Gráfico 1.1 compara as variações percentuais da arrecadação federal, estadual e do município (administração direta - PMSP) em junho/2016 e no período de janeiro a junho/2016 em relação ao mesmo período de 2015.

Seção	Pág
1. Acompanhamento da Execução Orçamentária	1
1.1 Receita Arrecadada	1
1.2 Despesa Liquidada	8
1.3 Créditos Adicionais Suplementares	16
2. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	17
3. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo	18

Gráfico 1.1 - Arrecadação Federal, Estadual e Municipal de SP (PMSP) Variação Nominal (%) 2016 em relação ao mesmo período de 2015

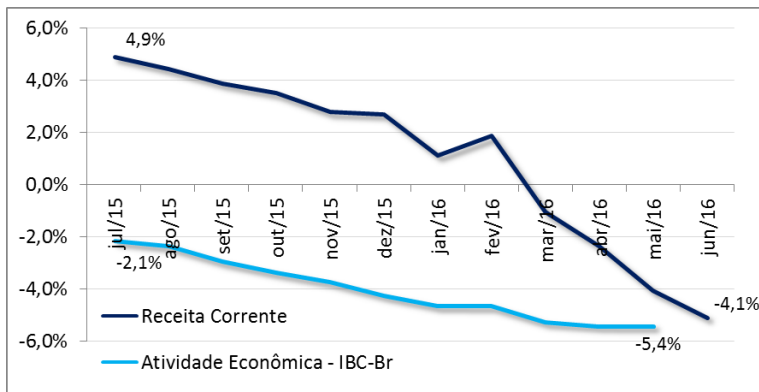


Fonte: Arrecadação Estadual - http://www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2016/junho/download/tab12_jun%C3%A7o16.xls
Arrecadação Federal - Receita Federal <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

De janeiro a junho, as receitas correntes da Prefeitura apresentaram queda real de 7,3%. No mês de junho, a queda real foi de 2,2% em relação a junho/2015.

As sucessivas quedas reais da arrecadação mensal são reflexo tanto da não repetição em 2016 de receitas extraordinárias arrecadadas em 2015, como também da redução da atividade econômica. O Gráfico 1.2 ilustra a variação real acumulada em 12 meses da arrecadação das receitas correntes da PMSP e da atividade econômica nacional, medida pelo índice IBC-Br do Banco Central do Brasil.

Gráfico 1.2 - Receitas Correntes e Atividade Econômica Nacional - Var. % real acumulada em 12 meses



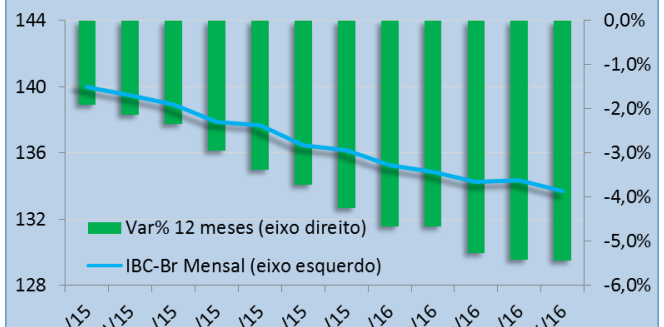
Nota: Afim de não distorcer a comparação, a receita extraordinária de depósitos judiciais no valor de R\$ 1,7 bilhão foi descontada do mês de dezembro
 Fonte: - Banco Central (IBC - Br) e SOF (Receita Corrente)

Conforme o Box 1.1 (ao lado), houve uma leve melhora das perspectivas econômicas. Em julho/2016, observou-se uma discreta melhora das expectativas quanto a evolução da atividade econômica para 2016 e 2017.

Box 1.1 - Atividade Econômica

A atividade econômica brasileira, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br, apresentou, no mês de maio/2016, queda de 0,51% em relação ao mês anterior (dados dessazonalizados). O resultado sucede a variação positiva de 0,07% observada em abril/2016. O Gráfico 1.3 ilustra a evolução mensal do índice nos últimos 12 meses. Com o resultado, o índice acumulado em 12 meses (jun/15 a mai/16) estabilizou-se em -5,4% em relação aos 12 meses anteriores (jun/14 a mai/15).

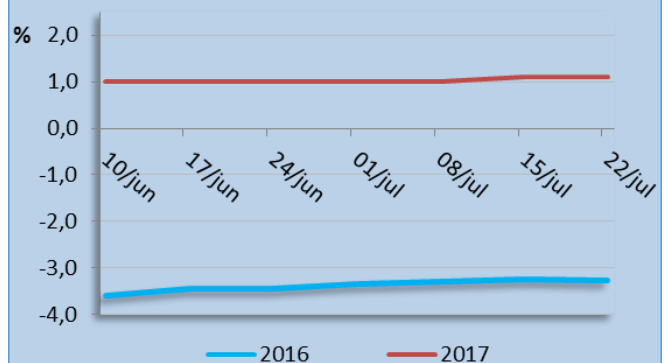
Gráfico 1.3 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses - dados dessazonalizados



Fonte: IBC - Br - Banco Central
 Receita Corrente - SOF

Acompanhando a estabilização da atividade econômica, as expectativas de mercado quanto ao crescimento do PIB em 2016 subiram de -3,6% (em 10/junho) para -3,3%, segundo o Relatório Focus do Banco Central de 22 de julho, que apresenta projeções dos principais indicadores econômicos estimados pelas instituições financeiras (Gráfico 1.4). Para 2017, a melhora foi de 1,0% (em 10/junho) para 1,1%.

Gráfico 1.4 - Expectativa de Crescimento - PIB 2016



Fonte: Relatório FOCUS/BCB

Conforme a Tabela 1.1 mostra, as receitas correntes arrecadadas de janeiro a junho/2016 foram de R\$ 22,5 bilhões, o que representa uma queda real de 6,6% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015. Somando as receitas de capital, a arrecadação da Prefeitura - PMSP foi de R\$ 23,0 bilhões, queda real 6,3%. A receita da PMSP de janeiro a junho correspondeu a 45,7% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 53,0% do orçado, as receitas de capital alcançaram apenas 6,9% do valor orçado para o ano. Consolidando com a administração indireta (autarquias e fundações municipais), a arrecadação foi de R\$ 24,7 bilhões, representando uma queda real de 6,0% frente ao mesmo período de 2015.

Tabela 1.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 27/07/2016)

	Orçado 2016 (I)	Jan-Jun 2015 (II)	Jan-Jun 2016 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes	44.682.042.743	23.301.328.953	23.686.682.002	1,7%	-6,6%	53,0%
IPTU	7.382.011.212	4.028.256.444	4.658.903.136	15,7%	6,3%	63,1%
ITBI	1.935.656.063	897.622.508	756.353.836	-15,7%	-22,6%	39,1%
ISS	12.095.211.808	5.597.756.744	5.960.173.046	6,5%	-2,2%	49,3%
Cota Parte ICMS ¹	7.264.380.369	3.411.666.610	3.299.600.785	-3,3%	-11,1%	45,4%
Cota Parte IPVA	2.501.199.996	1.909.378.492	2.014.081.835	5,5%	-3,1%	80,5%
IR	1.762.371.501	742.838.863	858.277.649	15,5%	6,2%	48,7%
FUNDEB	3.678.103.466	1.762.808.637	1.811.332.244	2,8%	-5,6%	49,2%
SUS	1.883.947.012	801.741.404	803.832.606	0,3%	-7,9%	42,7%
FPM	271.955.580	130.101.441	128.665.367	-1,1%	-9,1%	47,3%
Multas de Trânsito	1.057.355.322	417.951.489	637.864.440	52,6%	40,2%	60,3%
Demais Rec. Correntes	4.849.850.414	3.601.206.322	2.757.597.058	-23,4%	-29,6%	56,9%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(2.220.201.853)	(1.172.248.409)	(1.198.466.985)	2,2%	-6,1%	54,0%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	42.461.840.890	22.129.080.544	22.488.215.017	1,6%	-6,6%	53,0%
Rec. Capital (B)	7.825.329.472	437.268.064	536.501.443	22,7%	12,7%	6,9%
<i>Transf. União</i>	3.307.845.439	112.119.784	167.328.032	49,2%	37,1%	5,1%
<i>Transf. Estado</i>	542.666.199	175.330.885	183.544.666	4,7%	-3,8%	33,8%
Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)	89.933.210	-	-			0,0%
Total PMSP (D=A+B+C)	50.377.103.572	22.566.348.608	23.024.716.460	2,0%	-6,3%	45,7%
Adm. Indireta (E)	4.030.196.775	1.535.418.558	1.626.534.034	5,9%	-2,7%	40,4%
Consolidado (D+E)	54.407.300.347	24.101.767.166	24.651.250.494	2,3%	-6,0%	45,3%

(1) Inclui valores do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e do Programa Especial de Pagamento - PEP

Como já mencionado, a significativa queda real de 6,3% da arrecadação acumulada até junho está relacionada à redução da atividade econômica e a não repetição em 2016 de receitas extraordinárias realizadas em 2015.

De janeiro a junho de 2015, por exemplo, ocorreram ingressos extraordinários de: R\$ 279,0 milhões referentes à contabilização de valores mobiliários da Operação Urbana Água Espreada; R\$ 646,7 milhões (R\$ 77,3 milhões por mês) oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal e R\$ 1,3 bilhão relativos ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI (em 2016, arrecadação com PPI foi de R\$ 307,6 milhões).

A retração do mercado imobiliário (ver Box 1.2 ao lado) tem contribuído para a queda real da receita de ITBI de 22,6%, comparando os primeiros seis meses de 2016 com mesmo período de 2015.

Com relação ao principal item da receita municipal, o ISS, a arrecadação desse tributo tem acompanhado o comportamento do setor de serviços (ver Box 1.3 ao lado).

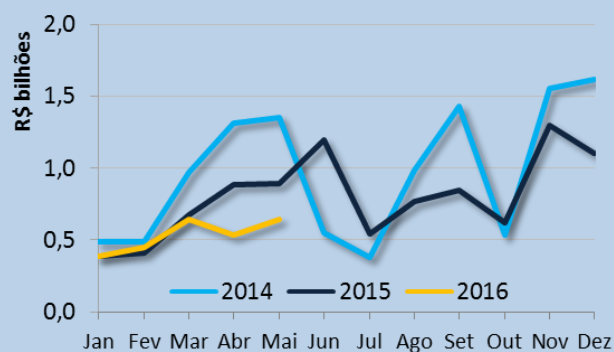
No primeiro semestre de 2016, a arrecadação de ISS apresentou queda real de 2,2% comparativamente ao mesmo período de 2015.

No mês de junho, a arrecadação de ISS registrou queda real de 2,3% comparativamente ao mesmo mês de 2015.

Box 1.2 - Mercado Imobiliário

Segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.5) em maio/2016 atingiu R\$ 644,4 milhões, o que representa uma queda nominal de 27,9%, considerando o valor do mesmo mês de 2015.

Com o resultado do mês, de janeiro a maio o VGV registrou queda nominal de 17,9% em relação ao mesmo período de 2015.



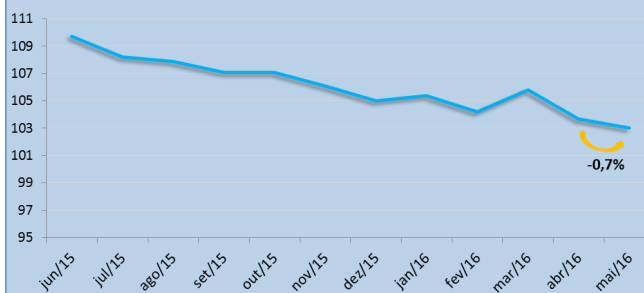
Fonte: Secovi

Box 1.3 - Setor de Serviços

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou que o volume de serviços prestados no Estado de São Paulo, em maio/2016, caiu 0,7% em relação a abril/2016. Em abril/2016, o índice havia apresentado queda de 2,0% (dados revisados) em relação a março/2016.

No acumulado do ano (jan/16 a mai/16), o volume de serviços prestados registrou contração de 5,5% em comparação com o mesmo período de 2015.

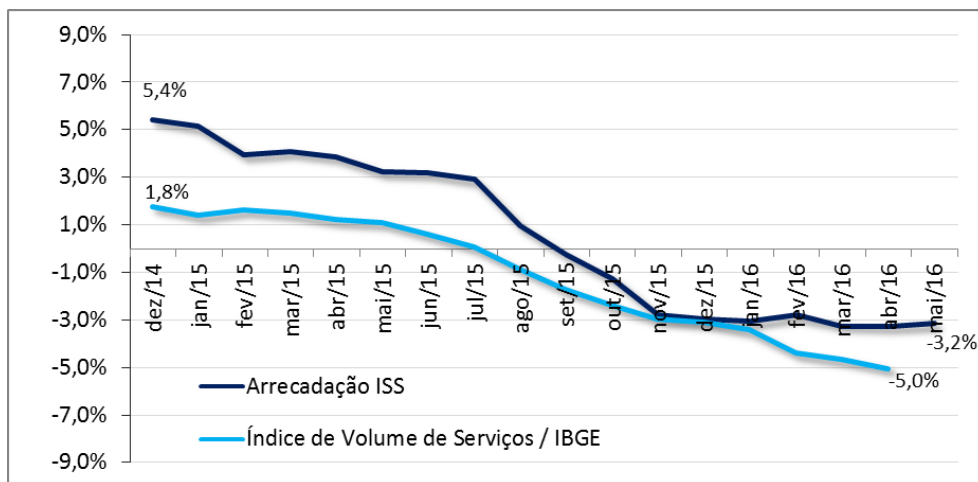
Gráfico 1.6 - Índice de Volume de Serviços Prestados - Estado de SP



Fonte: IBGE

O Gráfico 1.7 mostra a evolução conjunta da variação da arrecadação de ISS (atualizada pelo índice de preços - IPCA/IBGE) e do índice do volume de serviços prestados no Estado de São Paulo (PMS/IBGE) acumulados em 12 meses. Nos últimos 12 meses (jul/15 a jun/16), a arrecadação de ISS registrou queda real de 3,2%.

Gráfico 1.7 - ISS e Volume de Serviços - Variação % acumulada em 12 meses

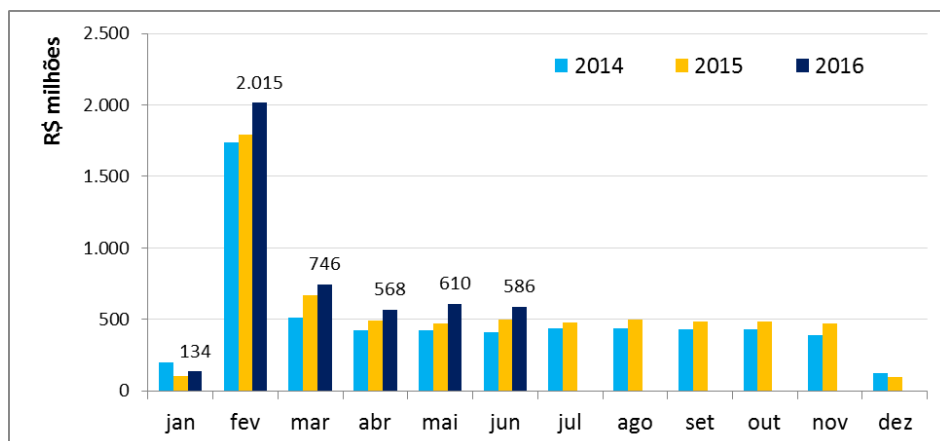


Fonte: Índice de Volume de Serviços - PMS/IBGE

arrecadação de ISS registrou queda real de 3,2%. De jun/15 a mai/16, o índice de serviços acumulou queda de 5,0%.

Entre os tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU tem sido o único a registrar crescimento real (6,3% até junho). O desempenho ainda reflete os efeitos da Lei Municipal nº 15.889/2013, que atualizou os valores unitários de metro quadrado de construção e terreno. Apesar de ter sido sancionada em 2013, os seus efeitos repercutem sobre a arrecadação de IPTU dos exercícios seguintes, uma vez que a própria lei estabeleceu um limite de aumento anual de 10% para imóveis residenciais e de 15% para os demais casos. O Gráfico 1.8 ilustra a evolução mensal da arrecadação de IPTU comparativamente aos anos de 2014 e 2015.

Gráfico 1.8 - IPTU - Arrecadação Mensal - 2014, 2015 e 2016 Em R\$ milhões



Fonte: SOF

O Gráfico 1.8 ilustra a evolução mensal da arrecadação de IPTU comparativamente aos anos de 2014 e 2015.

A Tabela 1.2 mostra o detalhamento do valor arrecadado no mês de junho/2016 comparativamente a junho/2015. A receita arrecadada pela Prefeitura foi de R\$ 3,5 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 5,8% em relação a junho/2015 (Tabela 1.2). As receitas correntes cresceram, nominalmente, 6,4% e as receitas de capital registraram queda de 47,8%.

Destaca-se, no mês, o crescimento da arrecadação de IPTU, de 17,2% em relação a junho/2015, e de ITBI de 24,3%. Cabe ressaltar que a significativa queda (27,2%) nos repasses de ICMS está relacionada ao fato de o mês de junho/2016 ter uma terça-feira (dia em que ocorre o repasse de ICMS pelo Governo do Estado de São Paulo) a menos que junho/2015. No mês anterior (maio), houve o efeito inverso, uma vez que maio/2016 teve uma terça-feira a mais que maio/2015.

Tabela 1.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição

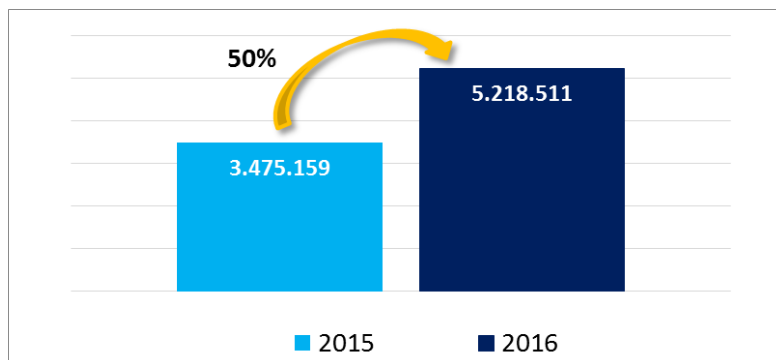
	Jun 2015 (I)	Jun 2016 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var. Real%
Rec. Correntes	3.442.095.963	3.621.308.621	5,2%	-3,3%
IPTU	500.498.358	586.429.658	17,2%	7,7%
ITBI	132.095.684	164.143.855	24,3%	14,2%
ISS	923.999.238	982.537.381	6,3%	-2,3%
Cota Parte ICMS ¹	656.062.140	477.496.028	-27,2%	-33,1%
Cota Parte IPVA	80.301.811	80.906.389	0,8%	-7,4%
IR	149.468.730	169.293.571	13,3%	4,1%
FUNDEB	300.696.298	237.376.267	-21,1%	-27,5%
SUS	126.211.488	134.354.320	6,5%	-2,2%
FPM	20.639.708	20.907.876	1,3%	-6,9%
Multas de Trânsito	71.453.162	130.929.582	83,2%	68,4%
Demais Rec. Correntes	480.669.348	636.933.693	32,5%	21,7%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(165.735.991)	(134.326.484)	-19,0%	-25,5%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	3.276.359.973	3.486.982.137	6,4%	-2,2%
Rec. Capital (B)	37.090.094	19.362.840	-47,8%	-52,0%
<i>Transf. União</i>	3.562.796	956.407	-73,2%	-75,3%
<i>Transf. Estado</i>	5.120.586	-	-	-
Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)	-	-	-	-
Total PMSP (D=A+B+C)	3.313.450.067	3.506.344.976	5,8%	-2,8%
Adm. Indireta (E)	309.580.198	283.202.084	-8,5%	-16,0%
Consolidado (D+E)	3.623.030.265	3.789.547.060	4,6%	-3,9%

Destaca-se, também, a arrecadação de multas previstas na legislação de trânsito no valor de R\$ 130,9 milhões em junho/2016 (crescimento de 83,2% em relação a junho/2015). O crescimento observado da arrecadação proveniente de multas de trânsito é resultado do aumento das penalidades aplicadas no período. O

Gráfico 1.9 ilustra o crescimento de 50%, em relação a 2015, das penalidades aplicadas de janeiro a abril (último dado disponível).

A arrecadação da administração indireta apresentou crescimento nominal de 5,9% em relação a junho/2015. Em termos reais, houve uma queda de 2,7%.

Gráfico 1.9 - Quantidade de Penalidades - Jan a Abr



Fonte: Painel Mobilidade Segura - <http://mobilidadesegura.prefeitura.sp.gov.br/>

1.2. Despesa Liquidada

A despesa liquidada até junho de 2016 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 16,4 bilhões, representando um aumento nominal de 10,4% frente ao mesmo período do exercício anterior. No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou R\$ 21,8 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 10,7% em relação a 2015.

Tabela 1.3 - Comparativo da Despesa Acumulada

(Fonte: SOF, posição 01/08/2016)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2015	2016	Jan-Jun/2015	Jan-Jun/2016		
Despesas Correntes (I)	30.431.030.461	32.263.260.219	12.855.148.678	14.584.707.648	13,5%	4,2%
Pessoal e Encargos Sociais	10.638.875.576	11.859.693.700	4.887.934.310	5.444.792.132	11,4%	2,3%
Juros e Encargos da Dívida	2.544.715.699	1.346.341.499	986.925.317	539.008.610	-45,4%	-49,8%
Outras Despesas Correntes	17.247.439.186	19.057.225.020	6.980.289.052	8.600.906.906	23,2%	13,2%
Despesas de Capital (II)	10.297.768.539	9.703.331.670	1.998.863.552	1.820.924.538	-8,9%	-16,3%
Investimentos	8.502.661.871	7.755.153.354	1.132.050.847	826.451.966	-27,0%	-32,9%
Inversões Financeiras	4.374.547	18.411.000	76.370.146	2.171.178	-97,2%	-97,4%
Amortização da Dívida	1.790.732.121	1.929.767.316	790.442.559	992.301.394	25,5%	15,3%
Reserva de Contingência (III)	1.000	1.502	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	40.728.800.000	41.966.593.391	14.854.012.231	16.405.632.186	10,4%	1,5%
CMSP + TCMSP (B)	824.770.000	815.738.000	296.518.067	321.880.676	8,6%	-0,3%
Adm. Indireta (C)	9.839.993.121	11.624.968.956	4.545.355.299	5.080.592.192	11,8%	2,7%
Consolidado (A+B+C)	51.393.563.121	54.407.300.347	19.695.885.597	21.808.105.054	10,7%	1,7%

A queda em “Juros e Encargos da Dívida” e o aumento em “Amortização da Dívida” (Tabela 1.3) são consequências da renegociação da dívida do Município com a União, amparada pela Lei Complementar 148/2014 e formalizada com a assinatura, em 26/02/2016, de aditivo contratual que reduziu o saldo devedor de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões. Além da redução do saldo devedor, foram alteradas as condições de pagamento dos encargos da dívida. Em vez do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) acrescido de juros de 9% ao ano, a dívida passou a ser corrigida pelo IPCA acrescido de juros de 4% ao ano, limitados à variação da taxa SELIC.

A Tabela 1.4 ilustra as 10 ações que possuem os maiores valores liquidados no grupo “Outras Despesas Correntes”, representando 70% das despesas liquidadas nesse grupo.

Tabela 1.4 - 10 maiores ações de Outras Despesas Correntes - PMSP

(Fonte: SOF, posição 01/08/2016)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Jun/2016	Part. % no Grupo
4125	Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	1.628.095.999	19%
4701	Compensações tarifárias do sistema de ônibus	1.159.200.000	13%
2825	Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	777.659.653	9%
4103	Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	538.647.429	6%
2822	Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino	416.399.288	5%
4113	Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS	378.339.967	4%
2100	Administração da Unidade	365.453.743	4%
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	351.868.006	4%
4912	Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	200.743.462	2%
6206	Operação e manutenção dos Espaços de convivência e fortalecimento de vínculos - crianças, adolescentes, jovens e idosos	200.567.804	2%
Total 10 maiores		6.016.975.351	70%
Total Outras Despesas Correntes		8.600.906.906	100%

No grupo “Outras Despesas Correntes” da Administração Direta (PMSP), que totalizou R\$ 8,6 bilhões até junho de 2016, destacam-se as ações de “Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia”, com total liquidado de R\$ 1,6 bilhão, “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, com R\$ 1,2 bilhões, e “Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias”, com R\$ 777,7 milhões.

Em relação ao grupo “Investimentos”, com total liquidado até junho de R\$ 826,5 milhões, destacam-se as despesas com “Condenações Judiciais - Outras Espécies”⁽³⁾ (R\$ 147,8 milhões), Intervenções no Sistema Viário (R\$ 126,3 milhões) e “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos” (R\$ 78,9 milhões).

Tabela 1.5 - Investimentos - PMSP

(Fonte: SOF, posição 01/08/2016)

Cód.	Ação	Liquidado Jan-Jun/2016	Part. % no Grupo
35	Condenações Judiciais - Outras Espécies	147.811.988	18%
5100	Intervenções no Sistema Viário	126.320.879	15%
5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	78.862.231	10%
3357	Urbanização de Favelas	70.625.936	9%
1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parelheiros	49.133.507	6%
5607	Eficientização da Rede de Iluminação Pública	46.697.990	6%
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	36.207.721	4%
1137	Pavimentação e Recapeamento de Vias	32.778.414	4%
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	22.325.991	3%
3366	Construção e Instalação de Hospitais	19.564.691	2%
Total 10 maiores		630.329.348	76%
Total Investimentos		826.451.966	100%

(3) Condenações Judiciais - Outras Espécies referem-se aos pagamentos de precatórios que não são de natureza alimentar, ou seja, não são decorrentes de ações judiciais referentes a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez. São decorrentes das demais ações, como referentes a desapropriações e tributos.

Considerando apenas o mês de junho, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 3,2 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 10,2% em relação ao mesmo mês de 2015 (Tabela 1.6). Em termos reais, houve aumento de 1,3%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 4,2 bilhões, alta de 8,9% em comparação a junho do ano anterior.

Tabela 1.6 - Comparativo da Despesa Mensal

(Fonte: SOF, posição 01/08/2016)

	Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	Jun/2015	Jun/2016		
Despesas Correntes (I)	2.340.538.341	2.828.050.756	20,8%	11,0%
Pessoal e Encargos Sociais	957.670.565	1.035.218.111	8,1%	-0,7%
Juros e Encargos da Dívida	183.714.838	99.396.085	-45,9%	-50,3%
Outras Despesas Correntes	1.199.152.938	1.693.436.560	41,2%	29,7%
Despesas de Capital (II)	567.287.908	377.109.008	-33,5%	-38,9%
Investimentos	267.011.368	229.981.743	-13,9%	-20,9%
Inversões Financeiras	74.956.643	450.000	-99,4%	-99,4%
Amortização da Dívida	225.319.898	146.677.266	-34,9%	-40,2%
Reserva de Contingência (III)	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	2.907.826.250	3.205.159.764	10,2%	1,3%
CMSP + TCMSP (B)	52.807.941	58.952.223	11,6%	2,6%
Adm. Indireta (C)	905.121.783	945.625.258	4,5%	-4,0%
Consolidado (A+B+C)	3.865.755.973	4.209.737.245	8,9%	0,1%

As Tabelas 1.7 e 1.8 contêm as despesas liquidadas acumuladas até junho de 2015 e 2016 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 1.7 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 01/08/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
11	Secretaria do Governo Municipal	411.645.874	178.070.406	59.843.040	41.318.848	-31,0%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	685.290.224	308.708.279	138.224.390	146.598.803	6,1%
13	Secretaria Municipal de Gestão	251.858.428	20.289.920	76.066.993	70.590.317	-7,2%
14	Secretaria Municipal de Habitação	749.416.037	552.403.938	77.586.324	85.782.464	10,6%
16	Secretaria Municipal de Educação	11.096.151.037	1.031.878.564	4.085.873.135	4.380.862.812	7,2%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	471.734.100	27.980.279	127.431.174	144.382.412	13,3%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	586.006.560	137.919.703	71.516.076	81.993.152	14,6%
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.248.510.385	16.614.840	1.045.071.203	1.355.912.415	29,7%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	248.633.687	1.794.377	90.594.424	96.765.075	6,8%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.828.582.666	1.382.000.687	99.493.641	41.271.878	-58,5%
23	Secretaria Municipal de Serviços	69.690.675	13.543.435	18.791.633	19.414.870	3,3%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	203.437.962	43.871.213	63.871.223	52.858.694	-17,2%
25	Secretaria Municipal de Cultura	501.025.834	156.325.929	117.598.625	143.016.740	21,6%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	169.270.706	29.025.203	50.309.120	54.197.881	7,7%
28	Encargos Gerais do Município	7.087.995.429	59.328.630	3.424.661.674	3.351.275.834	-2,1%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	156.197.370	61.289.347	35.081.082	38.307.145	9,2%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	9.149.971	1.323.625	2.548.994	2.358.218	-7,5%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.171.655	4.197.710	7.437.827	8.284.023	11,4%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	83.306.832	14.424.530	18.527.219	25.150.235	35,7%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	21.685.961	7.823.275	4.534.244	5.445.670	20,1%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.659.042.435	868.455.427	402.203.855	208.969.830	-48,0%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	498.225.882	14.165.187	180.846.186	220.225.080	21,8%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	28.685.037	13.064.530	3.045.798	3.473.380	14,0%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	33.247.055	16.099.333	5.136.647	5.888.874	14,6%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
41	Subprefeitura Perus	32.172.103	8.295.079	9.300.045	9.636.481	3,6%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	43.325.429	8.301.322	13.078.414	13.175.905	0,7%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	38.918.548	7.123.099	11.899.088	11.022.820	-7,4%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.700.034	9.714.831	7.867.488	7.923.504	0,7%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	38.856.699	6.020.424	12.698.663	12.135.397	-4,4%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.605.107	10.897.385	10.138.990	10.792.217	6,4%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.889.432	9.130.653	11.342.994	9.915.483	-12,6%
48	Subprefeitura Lapa	38.321.505	5.679.684	12.886.987	12.920.318	0,3%
49	Subprefeitura Sé	75.415.513	7.623.832	22.125.456	24.264.992	9,7%
50	Subprefeitura Butantã	48.933.915	6.897.465	15.633.486	16.650.824	6,5%
51	Subprefeitura Pinheiros	39.642.122	2.707.199	14.580.828	16.051.116	10,1%
52	Subprefeitura Vila Mariana	36.295.324	3.983.205	12.840.538	13.512.843	5,2%
53	Subprefeitura Ipiranga	45.780.827	6.480.074	15.174.386	15.333.983	1,1%
54	Subprefeitura Santo Amaro	40.118.013	7.292.530	12.059.554	13.039.908	8,1%
55	Subprefeitura Jabaquara	32.227.663	5.551.735	11.134.389	10.650.658	-4,3%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	39.870.208	10.297.392	10.051.399	11.194.028	11,4%
57	Subprefeitura Campo Limpo	54.780.051	7.550.942	17.592.361	17.812.727	1,3%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	49.225.817	6.875.436	12.926.192	13.730.469	6,2%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	50.730.280	13.023.900	12.337.528	12.240.646	-0,8%
60	Subprefeitura Parelheiros	37.075.215	12.407.800	9.387.174	8.834.915	-5,9%
61	Subprefeitura Penha	49.397.348	6.695.466	16.173.790	15.844.270	-2,0%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.919.917	6.005.262	9.231.659	9.835.565	6,5%
63	Subprefeitura São Miguel	47.874.295	8.460.609	15.814.333	15.235.484	-3,7%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	40.023.575	8.204.586	11.561.212	12.432.903	7,5%
65	Subprefeitura Moóca	47.366.377	6.260.248	14.755.057	14.915.595	1,1%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	41.845.856	8.548.445	12.339.582	12.462.257	1,0%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
67	Subprefeitura Itaquera	47.743.123	8.945.018	14.204.228	14.574.247	2,6%
68	Subprefeitura Guaianases	45.121.420	9.302.098	13.482.153	13.564.770	0,6%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.592.027	8.170.122	10.027.133	10.093.189	0,7%
70	Subprefeitura São Mateus	59.377.637	8.831.637	16.776.847	16.815.432	0,2%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	32.895.617	8.335.526	8.642.955	8.710.487	0,8%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.347.488	8.718.068	4.761.476	6.333.534	33,0%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	20.811.702	1.514.172	5.893.047	6.489.388	10,1%
75	Fundo Municipal de Parques	2.000	2.000	0	0	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	71.877.059	6.401.817	25.233.727	28.643.363	13,5%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	22.179.438	6.045.207	4.084.471	5.224.958	27,9%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.677.738.415	167.954.383	2.994.909.890	3.870.885.312	29,2%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	367.500.000	19.291.766	109.755.744	69.065.173	-37,1%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.067.194.410	811.000	388.621.954	516.352.031	32,9%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	463.480	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	2.584.398	924.170	0	0	
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	126.517.320	2.151.000	19.834.983	19.938.137	0,5%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.154.025.525	175.997.194	409.318.689	543.588.142	32,8%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	109.226.540	10.207.466	37.959.928	54.483.346	43,5%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	780.000	0	0	132.300	
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	1.000	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000	391.277	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000	113.480.263	105.380.635	27.182.737	-74,2%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	541.143.817	2.310.404	143.898.251	267.645.682	86,0%
Total PMSP		41.966.593.391	5.720.876.038	14.854.012.231	16.405.632.186	10,4%

Tabela 1.8 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 27/06/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
1	Autarquia Hospitalar Municipal	1.484.901.755	59.003.468	581.633.304	699.003.227	20,2%
2	Hospital do Servidor Público Municipal	309.060.585	15.981.689	123.470.518	127.012.288	2,9%
3	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	7.154.611.720	300.353.202	2.787.058.055	3.134.313.779	12,5%
4	Serviço Funerário do Município de São Paulo	179.500.000	44.000.000	57.410.209	53.897.461	-6,1%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	29.217.904	11.889.739	3.751.810	6.311.978	68,2%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.967.968.877	42.525.516	844.179.480	929.854.745	10,1%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	261.805.337	122.052.657	74.003.815	42.735.779	-42,3%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.151.883	8.569.000	68.614.450	68.092.493	-0,8%
91	Fundo Municipal de Habitação	116.750.895	57.188.290	5.233.657	19.370.441	270,1%
Total Adm. Indireta		11.624.968.956	661.563.561	4.545.355.299	5.080.592.192	11,8%

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas até junho de 2016 somaram R\$ 3,1 bilhões. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 1,5 bilhão, incorrendo em déficit de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, 14,0% maior que o déficit acumulado até junho de 2015 (Tabela 1.9).

Tabela 1.9 - Déficit IPREM - em R\$Fonte: Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

	Orçado 2016 (I)	Jan-Jun/2015 (II)	Jan-Jun/2016 (III)	Var.% (III / II)
Receitas (I)	3.332.353.202	1.325.433.460	1.467.890.729	10,7%
Despesas (II)	7.154.611.720	2.787.058.055	3.134.313.779	12,5%
Déficit (II - I)	3.822.258.518	1.461.624.595	1.666.423.050	14,0%

1.3. Créditos Adicionais Suplementares

Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo está autorizado a remanejar recursos entre as dotações orçamentárias até o limite do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA. O art. 13º da LOA 2016 (Lei nº 16.334/2015) autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 11% do total da despesa orçada, o que corresponde a R\$ 5,97 bilhões. O art. 14º da LOA 2016 prevê casos em que a abertura de créditos adicionais podem ser realizadas sem onerar esse limite.

Até o dia 27/julho foram abertos um valor total de R\$ 1,93 bilhão em créditos adicionais suplementares. No entanto, a maior parte desse valor, R\$ 1,30 bilhão, não onera o limite de 11% permitido, uma vez que esses créditos estão enquadrados nos casos previstos no art. 14º da LOA. O valor que efetivamente onera, R\$ 629,6 milhões, corresponde a 1,16% da despesa orçada.

**Tabela 1.10 - Créditos Adicionais - Adm. Direta
até 27/julho de 2016**

	R\$
Valor Total das Suplementações	1.929.084.035
Valor que não onera o limite	1.299.522.019
Valor que onera o limite (A)	629.562.016
Valor Total Orçado 2016 (B)	54.290.549.452
Percentual (A) / (B)	1,16%

Fonte: SOF

2. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

A lei orçamentária para o exercício de 2016 fixou as despesas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em R\$ 577,0 milhões e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) em R\$ 238,7 milhões. Em março, foram suplementados recursos do TCMSP no montante de R\$ 28,7 milhões.

Até junho de 2016, a despesa liquidada pela CMSP alcançou 39,7% do valor de seu orçamento anual, totalizando R\$ 228,8 milhões, um aumento nominal de 9,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Descontando a inflação acumulada em 12 meses, houve crescimento de 0,5%.

Já a despesa liquidada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo somou R\$ 93,1 milhões, ou 34,8% de seu orçamento atualizado, chegando a um aumento nominal de 6,7% em relação ao primeiro semestre de 2015. Em termos reais houve queda de 2,0%.

Tabela 2.1 - Comparativo da Despesa Liquidada CMSP e TCMSP - em R\$

(Fonte: www.camara.gov.br; www.tcm.sp.gov.br)

	Orçado 2016	Atualizado 2016 (I)	Jan-Jun 2015 (II)	Jan-Jun 2016 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Atualiz. (III / I)
Câmara Municipal de São Paulo	577.003.000	577.003.000	209.253.403	228.785.689	9,3%	0,5%	39,7%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	238.735.000	267.468.317	87.264.664	93.094.987	6,7%	-2,0%	34,8%
Total CMSP e TCMSP	815.738.000	844.471.317	296.518.067	321.880.676	8,6%	-0,3%	38,1%

3. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo

Introdução

Desde 2004 o Banco Mundial desenvolve a pesquisa “*Doing Business*”, que procura fornecer informações objetivas sobre o nível de regulações para empresas locais em 189 países. A pesquisa foca na análise de regras que estabelecem e definem claramente direitos de propriedade, minimizam o custo de resolução de disputas, aumentam a previsibilidade das interações econômicas e prove aos eventuais participantes de acordos e contratos proteção contra abusos. Segundo o Banco Mundial¹, tais regras são importantes pois a atividade econômica requer um ambiente que encoraje a criação e o posterior crescimento das empresas, ao mesmo tempo, evitando o surgimento de distorções no mercado.

O objetivo da pesquisa é encorajar regulações por parte do poder público que sejam eficientes, acessíveis a todos que a utilizarão e simples em sua implementação. Regulações muito excessivas, complexas desviam os recursos da economia, a energia dos empreendedores, da criação e desenvolvimento dos seus negócios. Por outro lado, regulações eficientes, transparentes e simples tornam mais fácil para o empreendedor inovar e crescer, além de permitir aos entrantes no mercado competir em condições mais adequadas com os já estabelecidos. De acordo com os pesquisadores, boas regras são a chave para inclusão social: *“Gerar crescimento - e garantir que todas as pessoas, independentemente do seu nível de renda, possam participar dos seus benefícios - requer um ambiente econômico onde novos entrantes, com boas ideias, possam iniciar seus negócios e onde as boas empresas possam investir e crescer.”*¹

É importante salientar que a pesquisa “*Doing Business*” não mensura todos os aspectos do que normalmente é chamado de “ambiente de negócios”. Não são considerados itens como qualificação da força de trabalho, robustez do sistema financeiro, corrupção, estabilidade macroeconômica, tamanho do mercado etc., todas essas variáveis que afetam a competitividade de uma empresa e as decisões de investimento dos agentes econômicos.

A pesquisa trabalha com variáveis relacionadas a regulação para abrir um novo negócio, obter permissões de construção, obter eletricidade, registrar propriedades, obter crédito, procedimentos de pagamentos de taxas, resolução de conflitos, comércio entre as fronteiras etc. O tópico seguinte explicará um pouco mais detalhadamente os componentes considerados.

Metodologia

Para a realização do estudo, os pesquisadores trabalham com 11 grupos de indicadores. Esse grupo de indicadores foi escolhido devido a importância de cada um para o tema da pesquisa, segundo a literatura econômica disponível, além dos dados disponíveis (incluindo os dados do World Bank Enterprise Surveys). A tabela 4.1 traz um resumo do que é mensurado com esses indicadores.

Tabela 4.1 - Grupo de indicadores utilizados no “Doing Business”

Grupos de indicadores	O que é mensurado
"Começando um negócio"	Procedimentos, tempo, custos e requerimentos mínimos de capital para começar uma companhia de responsabilidade limitada
"Obtenção de permissões de construção"	Procedimentos, tempo e custos para cumprir todas as formalidades para construir uma fábrica (incluindo o cumprimento de medidas de segurança e controle de qualidade incluídos no sistema de permissões de construção)
"Obtendo eletricidade"	Procedimentos, tempo e custos para se conectar a rede elétrica, a confiabilidade da oferta de energia e o custo do consumo de energia
"Registro de propriedade"	Procedimentos, tempo e custos para transferência de uma propriedade e a qualidade do "sistema de administração e registro de imóveis"
"Obtenção de crédito"	Leis de garantias/colaterais e sistemas de informação de crédito
"Proteção dos investidores minoritários"	Direitos de investidores minoritários em transações com partes relacionadas e governança corporativa
"Pagamento de impostos"	Pagamentos e tempo para uma firma cumprir com todas as obrigações nessa área
"Comercio Internacional"	Tempo e custo para exportar e importar

Tabela 4.1 - Grupo de indicadores utilizados no “Doing Business” (continuação)

Grupos de indicadores	O que é mensurado
"Execução de contratos"²	Tempo e custo para resolver disputas comerciais e a qualidade do processo judicial
"Resolução de insolvência"	Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação das insolvências comerciais e a força do sistema legal para insolvência
"Regulação no mercado de trabalho"	Flexibilidade na regulamentação trabalhista e aspectos da qualidade dos empregos

Fonte: About Doing Business - 2016 - World Bank Group

São disponibilizados pelos pesquisadores dois grandes conjuntos de indicadores: os próprios indicadores individuais dos grupos mencionados na tabela 1.1 e dois indicadores “agregados”³: um para observação de uma economia relativa a outra em um dado ano e outro para uma avaliação do desempenho do próprio país ao longo do tempo, que é o DTF (Distância da fronteira).

Esse último indicador mostra a distância de cada economia do que os pesquisadores chamaram de “fronteira”, que representa, para cada indicador individual, um valor “máximo observado” durante determinado período (para a maior parte dos indicadores, esse período vai de 2005 até hoje). Portanto, quanto menor esse indicador, “pior” está a economia. Por exemplo, se o país A recebe uma pontuação de 33 em 2015, isso significa que considerando um hipotético caminho rumo “ao topo”, rumo à fronteira, esse país completou 33% desse caminho. Em 2016, se o seu índice “distância da fronteira” subiu para 50, significa que esse país está na “metade” do caminho teórico rumo ao topo, ou seja, ele andou “para frente”, melhorou de um ano para outro, dado que, pela metodologia adotada, o topo ou ficou estável (o valor máximo de 2016 foi inferior ou igual a um valor de máximo já registrado) ou o topo também “melhorou” (o valor máximo registrado em 2016 foi o maior registrado desde 2005).

(2) Tradução livre para “enforcing contracts”, que pode ser considerado, em português, como “fazer valer os contratos”, “fazer cumprir os contratos”.

(3) Para maiores detalhes sobre o cálculo desses índices consultar “Distance to frontier and ease of doing business ranking” - World Bank Group. Link: <http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB16-Chapters/DB16-DTF-and-DBRanking.pdf>

Em relação aos dados, as fontes do Banco Mundial incluem questionários enviados aos governos e profissionais do mercado privado nas áreas pesquisadas - geralmente administradores, advogados, juizes e profissionais das áreas de crédito. No caso de regulações envolvendo construções também participam engenheiros e arquitetos. Consultas diretas a governos, pesquisadores regionais do próprio banco, além de estudo/pesquisa das leis e regulações de cada país diretamente são outras fontes para obtenção de informações. Segundo o banco, nos últimos 13 anos, mais de 33.000 profissionais em 189 economias contribuíram com dados para a pesquisa. Só em 2015, ano da coleta das informações da edição de 2016, foram 11.400 profissionais.

Um último aspecto relevante da metodologia adotada para os propósitos deste artigo é o escopo geográfico da captura dos dados. Para países com mais de 100 milhões de habitantes⁴, o levantamento de dados para essa economia é feito dentro das duas maiores cidades do país. No caso do Brasil, portanto, a pesquisa é feita em São Paulo e Rio de Janeiro.

Para os EUA são consideradas Nova Iorque e Los Angeles, para a China entram Pequim (Beijing) e Shangai. Moscou e São Petersburgo são as cidades consideradas para a Rússia e Cidade do México e Monterrey para o México. Para países com menos de 100 milhões é considerada a maior cidade⁵. Para os países com mais de 100 milhões, cuja base de dados são duas cidades, o Banco Mundial divulga algumas informações/indicadores das duas cidades separadamente (os índices gerais, para a “economia como um todo”, nesses casos, são ponderações dos índices dessas duas cidades base).

Embora o Banco Mundial disponibilize dados desde 2004 relacionados ao “*Doing Business*”, nem todos os indicadores possuem informações para todo o período. Para as questões envolvendo trocas de metodologia, a instituição alega que os indicadores disponibilizados são recalculados para garantir a possibilidade de comparação entre os anos⁶.

(4) Os países considerados com mais de 100 milhões de habitantes foram Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Rússia e EUA

(5) Para alguns países é feito um levantamento “especial” em mais cidades. No caso do México, por exemplo, o levantamento é feito em 31 cidades mais a Cidade do México. No Quênia foram 10 cidades, Afeganistão 5 cidades. Embora existam essas “excepcionalidades”, para a divulgação do índice de cada economia continua valendo a regra das 2 maiores cidades para países com mais de 100 milhões de habitantes e a maior cidade para países com menos de 100 milhões de habitantes.

(6) Em “*Doing Business 2016 Data Notes*” - Data challenges and revisions (<http://www.doingbusiness.org/methodology/methodology-note>) - “To provide a comparable time series for research, the data set is back-calculated to adjust for changes in methodology and any revisions in data due to corrections.”

De acordo com as informações disponibilizadas pelos pesquisadores, considerando os anos mais recentes, em 2015 houve uma revisão e ampliação da metodologia, que continuou a ser implementada em 2016. Basicamente passou-se a considerar mais itens dentro de cada conjunto de indicadores mencionados na tabela 1.1.⁷

Explicado de maneira geral pontos relevantes da metodologia, na seção seguinte serão apresentados dados relacionados à São Paulo e outras cidades similares para fins de comparação. Alguns indicadores, como o “ranking geral” da pesquisa para determinado ano, não apresenta a abertura por cidades no caso dos países com mais de 100 milhões de habitantes. Nos casos em que isso ocorrer, serão apresentados os números gerais para o referido país. Esse indicador “nacional” é construído, e posteriormente ranqueado, como sendo uma média ponderada dos indicadores das duas cidades cobertas nos casos dos países com mais de 100 milhões de habitantes. O peso é baseado na população de cada cidade.

Dados

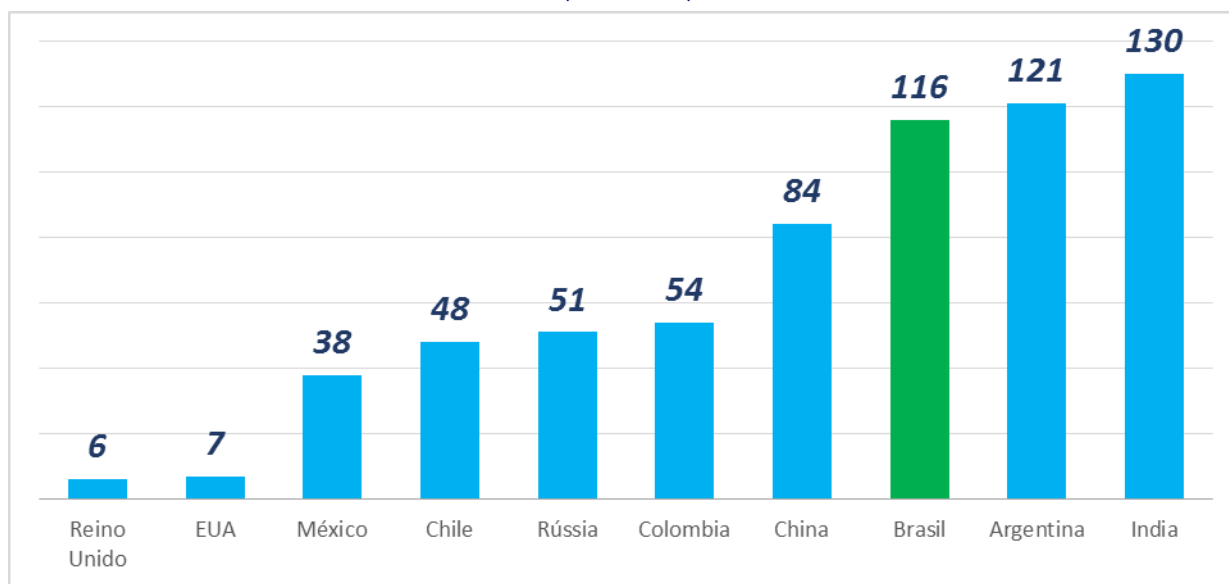
Para fins de comparação, além de São Paulo e Rio de Janeiro (quando disponível), também serão apresentadas informações sobre outras metrópoles: Buenos Aires (Argentina - ARG), Santiago (Chile - CHL), Xangai (China - CHI), Bogotá (Colômbia - COL), Mumbai (Índia - IND), Cidade do México (México - MEX), Moscou (Rússia - RUS), Londres (Reino Unido - RU) e Nova Iorque (EUA). Essas outras cidades foram escolhidas por um conjunto de razões como tamanho da população, importância regional e global, similaridades com São Paulo, similaridades do país com o Brasil em relação a economia, renda etc.

Como mencionado anteriormente, a pesquisa “*Doing Business*” divulga dois indicadores “gerais” que condensam o resultado do conjunto de variáveis pesquisadas (ver tabela 4.1). No indicador de ranking puro não é disponibilizado o valor por cidade pesquisada, logo, para os países com mais de 100 milhões, cuja base de informações vem de duas cidades, não é possível saber especificamente o ranking dessas cidades. O gráfico 4.1 traz o ranking dos países das cidades escolhidas para a apresentação dos dados neste artigo. Para EUA, Brasil, Índia, Rússia, México e China o ranking é oriundo de uma média de valores das duas cidades pesquisadas

(7) Maiores detalhes sobre as alterações na metodologia podem ser consultadas em “Doing Business 2016 Data Notes” - link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/methodology-note>

para estes países. Para os demais, o ranking é fruto dos dados da única cidade pesquisada (por exemplo, para a Argentina a cidade pesquisada foi Buenos Aires)

Gráfico 4.1 - Ranking “Facilidade em se fazer negócios” - Doing Business 2016 (DB2016)



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

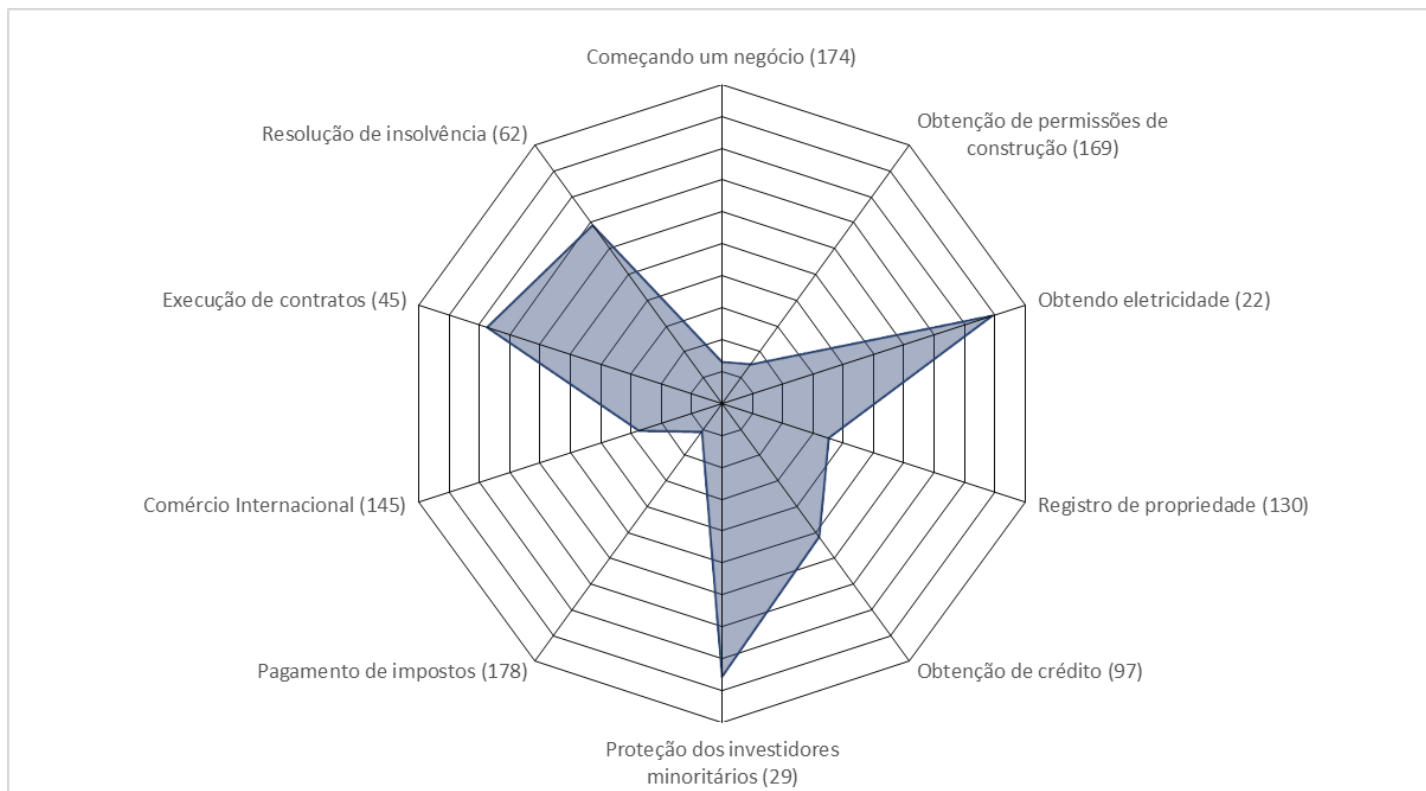
Como pode ser observado, dentre os países latino-americanos considerados, o Brasil (na verdade, uma combinação da situação de São Paulo e Rio de Janeiro) só se saiu melhor que a Argentina que ficou com o 121º lugar em um ranking com 189 países. A Índia (Mumbai e Deli) foi a pior colocada (130º). China e Rússia, duas economias que são comumente comparadas ao Brasil, ocuparam posições intermediárias porém melhores que a brasileira na classificação.

Ainda considerando o ranking de 2016 e olhando para os itens mais específicos da pesquisa, o Brasil se saiu bem (ficando no grupo dos 30 melhores classificados) nos quesitos referentes à obtenção de eletricidade (22º) e proteção dos investidores minoritários (29º). Por outro lado, em relação às dificuldades para começar um negócio (174º), pagamento de impostos (178º) e permissões de construção (169º), o Brasil figura entre as 30 piores economias.

O gráfico 4.2 ilustra a posição do Brasil no ranking para os 10 grupos de variáveis que entram no cálculo do índice geral da pesquisa (o conjunto referente ao mercado de trabalho ficou de fora). Quanto mais próximo de uma extremidade estiver uma “perna” do gráfico, melhor posicionado o país estará nesse quesito (assim, o melhor resultado seria um gráfico “todo preenchido”, com as 10 pontas encostadas no limite). Quanto menos a área pintada se afastar

do centro do gráfico, pior será o resultado para aquele quesito.

Gráfico 4.2 - Ranking para as 10 sub-índices do “Doing Business 2016” - Brasil



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Pelo gráfico é possível observar a performance relativa ruim do Brasil nos itens “Pagamento de Impostos”, “Obtenção de permissões de construção” e “Começando um negócio” - o número entre parênteses na frente de cada variável é a colocação brasileira no “Doing Business 2016” para o respectivo item. Os gráficos 4.3a e 4.3b trazem as mesmas informações para Chile (Santiago) e EUA (combinação entre Nova Iorque e Los Angeles). Observe como a área do mesmo é bem mais “uniformemente distribuída” e preenche um espaço maior no gráfico comparado ao gráfico para o Brasil. Esse comportamento indica uma melhor ou boa performance em praticamente todas as variáveis da pesquisa comparado ao desempenho relativo bastante irregular da economia brasileira (que possui bons índices para algumas variáveis, mas apresenta desempenho ruim em outras).

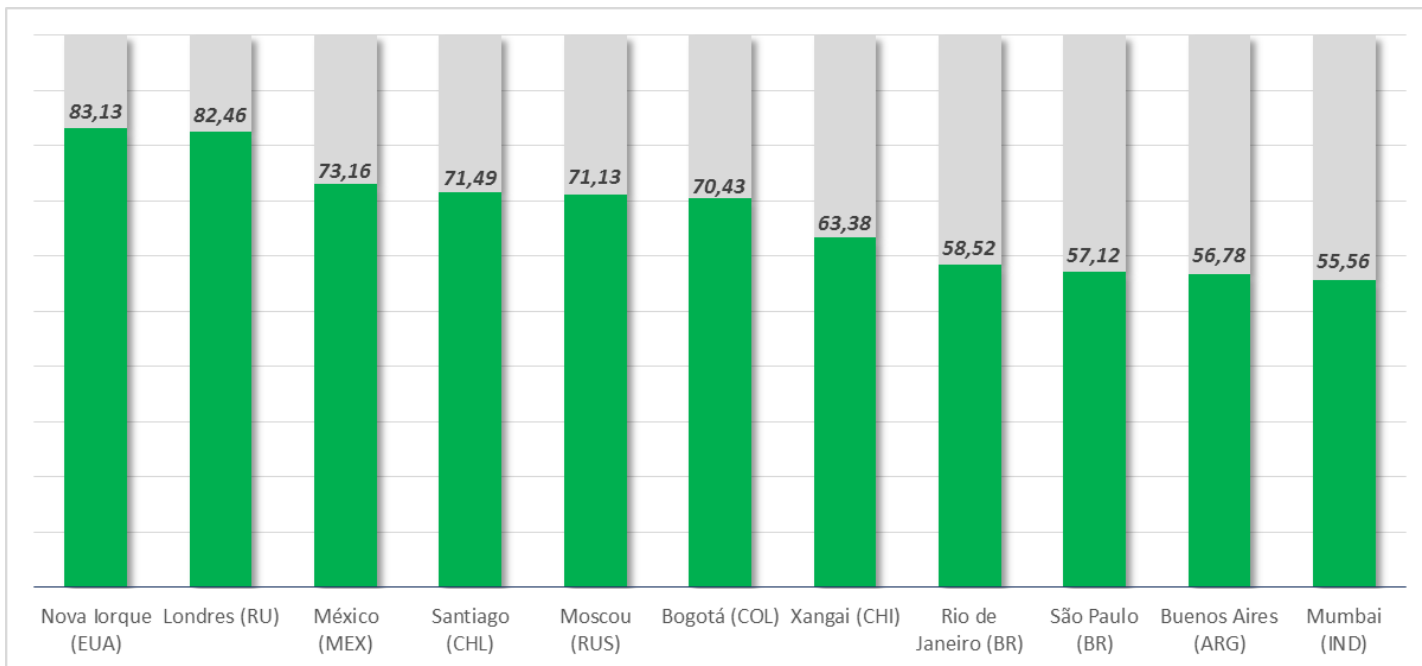
Gráfico 4.3a - Ranking para as 10 sub-índices do “DB2016” - Chile**Gráfico 4.3b - Ranking para as 10 sub-índices do “DB2016” - EUA**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O outro indicador geral que o Banco Mundial divulga é o DTF (Distância da fronteira), que como explicado anteriormente é um índice, que varia de 0 a 100, construído com os valores máximos obtidos para as variáveis pesquisadas dentro de um período de tempo definido (na maior parte das variáveis, o período compreende os anos de 2005 até 2016). Quanto maior o índice obtido pela cidade, mais próxima do “maior valor possível” daquela variável ela está. Os pesquisadores fazem a analogia com um “caminho” a ser percorrido que iria de 0 a 100 - quanto mais próximo do 100, mais perto essa cidade/país está de “chegar” a melhor situação possível/registrada para esse quesito.

O gráfico 4.4 traz o DTF de 2016 para São Paulo, Rio de Janeiro e mais as 9 cidades consideradas neste artigo. Esse índice é uma síntese dos 10 sub-índices considerados na pesquisa e listados na tabela 4.1 (mercado de trabalho não entrou para o cômputo por questões metodológicas).

São Paulo e Rio de Janeiro tiveram DTFs próximos, com uma leve vantagem para a capital fluminense (57,12 e 58,52 respectivamente). Mumbai na Índia recebeu o menor 55,56. Dentro da América Latina, a Cidade do México se saiu melhor (DTF de 73,16), seguida por Santiago no Chile com 71,49. Buenos Aires se saiu um pouco pior que São Paulo com um índice de 56,78.

Gráfico 4.4 - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

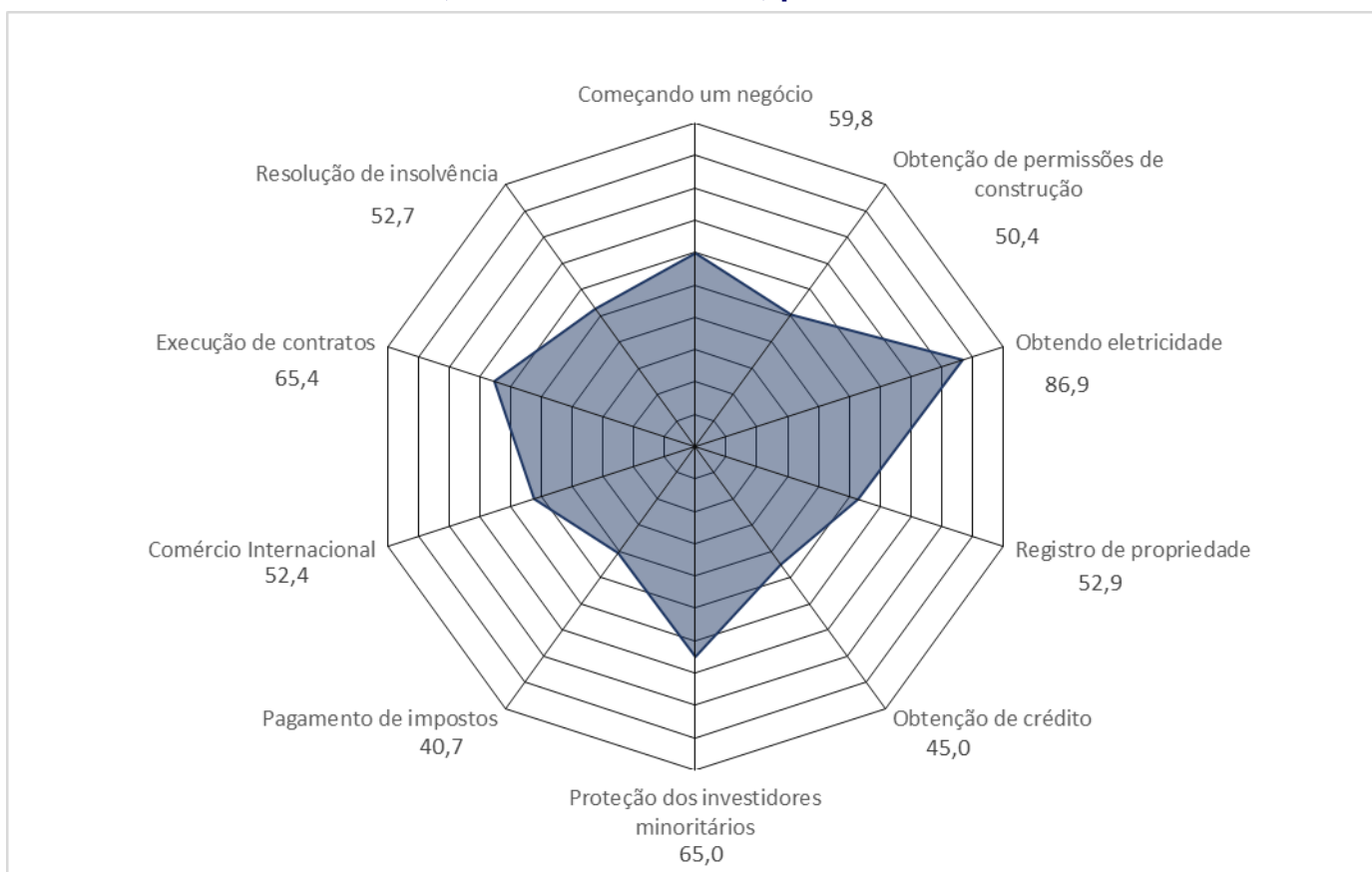
No caso de São Paulo, o Banco Mundial divulga o DTF geral desde 2010, no entanto, como a metodologia da pesquisa mudou bastante durante o período, com a inclusão de novos itens há uma “quebra” na série em 2015. Dentro do período da série velha, o DTF de São Paulo oscilou entre 53,72 (em 2010) para o valor mínimo do período de 53,23 em 2013, voltando a subir em 2014 para 53,52. Com a reformulação de 2015, o índice saltou para 57,12 e ficou estável em 2016.

Ainda considerando um horizonte temporal maior do que um único ano, os pesquisadores listam algumas medidas tomadas entre 2008-2016 que foram positivas em relação ao objeto da pesquisa (facilidade dos negócios) como atualizações nas regras de processo civil, eliminação de alguns requisitos para obter licença do corpo de bombeiros ao iniciar a utilização de uma construção, criação e compartilhamento entre instituições de cadastros positivos para avaliação de risco de crédito, implementação do SISCOMEX (portal eletrônico para questões ligadas à exportação), dentre outras. Por outro lado, são citados como medidas negativas, o aumento da alíquota do ITBI em São Paulo no ano de 2015 e a introdução de novas certificações para transferências de propriedade (ausência de pendências envolvendo dívidas trabalhistas).⁸

(8) Maiores detalhes sobre as mudanças, tanto positivas quanto negativas, listadas pelo Banco Mundial, podem ser encontradas em “Business Reforms in Brazil” (link: <http://www.doingbusiness.org/reforms/overview/economy/brazil>)

Além do DTF geral, também há o mesmo indicador para todos os 10 sub-índices pesquisados pelo Banco Mundial. São Paulo aparece abaixo dos 50 pontos nos itens “Pagamento de impostos” e “Obtenção de crédito”. A maior classificação foi obtida em “Obtendo eletricidade” (86,9). Com exceção da nota relativa a proteção de investidores minoritários e execução de contratos (que alcançaram os 65 pontos), as demais ficaram na faixa dos 50 pontos. O gráfico 4.5 traz o DTF da capital paulista para todos os 10 quesitos considerados na pesquisa.

Gráfico 4.5 - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - São Paulo



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Assim como no gráfico 4.2, quanto mais “preenchida” a área do decágono pela mancha cinza, melhor a situação da economia/cidade (o centro do decágono representa a pontuação 0, enquanto cada vértice representa a pontuação máxima - 100 para aquele quesito).

Comparando com as duas cidades latino-americanas com melhor índice DTF, Cidade do México e Santiago, é possível observar pelos gráficos 4.6a e 4.6b como a mancha dessas cidades ocupa um espaço do decágono maior que a de São Paulo, indicando melhores índices para a maioria dos quesitos.

Gráfico 4.6a - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - Cidade do México

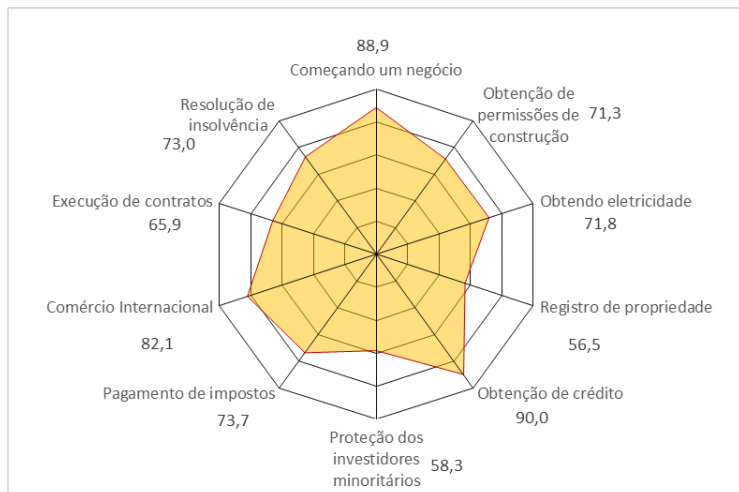
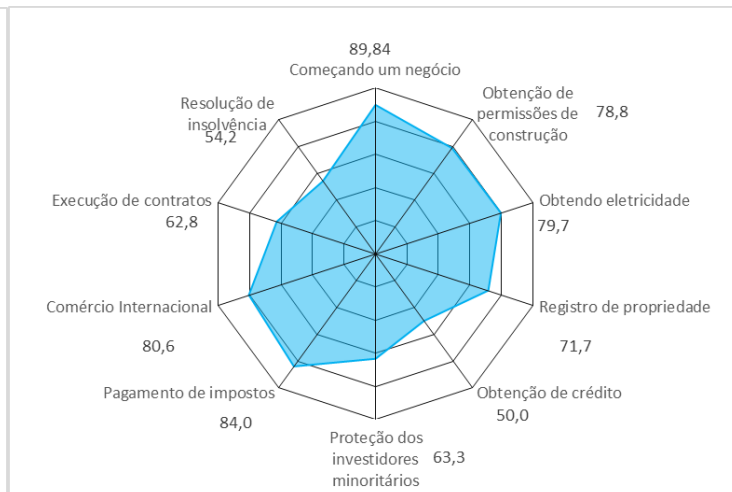


Gráfico 4.6b - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - Santiago



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

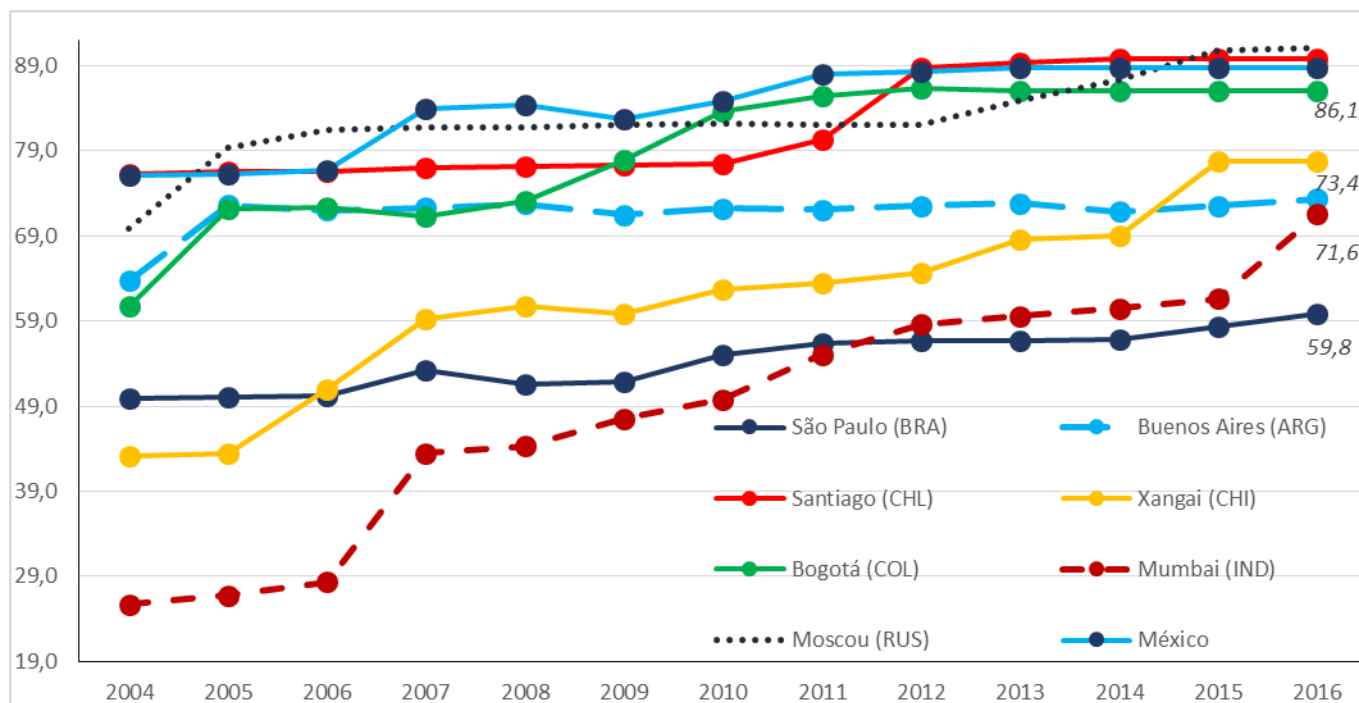
Dentre os itens considerados, São Paulo apresenta um índice melhor que as duas cidades apenas em relação à proteção dos investidores minoritários (65 para a capital paulista contra 63,3 de Santiago e 58,3 para a Cidade do México) e obtenção de eletricidade (86,9 contra 79,7 de Santiago e 71,8 da Cidade do México). Considerando os dois piores quesitos de São Paulo, Santiago também apresenta baixo desempenho em relação à obtenção de crédito (50 de DTF), já a Cidade do México obtém seu melhor desempenho nesse item. Em relação ao pagamento de impostos (pior desempenho de São Paulo), ambas apresentam desempenhos bem superiores (84 Santiago e 73,7 para a capital mexicana).

Olhando para os subíndices da pesquisa, em relação ao item “Começando um negócio”, que se concentra em dados sobre procedimentos, tempo, custos para começar uma companhia de responsabilidade limitada, há disponibilidade do índice DTF desde 2004 para todas as cidades consideradas (exceto Rio de Janeiro).

O gráfico 4.7 traz a evolução desse índice para as cidades avaliadas neste artigo (exceto Nova Iorque, Londres e Rio de Janeiro). Algumas como Mumbai na Índia e Xangai na China apresentaram considerável evolução no período 2004-2016, saindo de um DTF de 25,68 em 2004 para 71,6 em 2016 (no caso de Mumbai) e de 43,2 para 77,8 no caso de Xangai. No caso das cidades latino-americanas, a capital argentina apresentou uma melhora de 2004 para 2005, e passou a flutuar na faixa dos 71-74, já São Paulo, apresentou uma leve e lenta tendência de melhora no seu índice, saindo de um DTF nesse item de 49,83 em 2004 para 59,83 em 2016.

Santiago e a Cidade do México, mesmo com DTFs superiores já em 2004, apresentaram melhoras mais consideráveis que a capital paulista. A capital chilena saiu de um DTF de 76,3 em 2014 para 89,8 em 2016, já a cidade mexicana pulou de 76,1 para 88,8 no período.

Gráfico 4.7 - “Começando um negócio” - DTF (Distância da fronteira) - 2004 - 2016

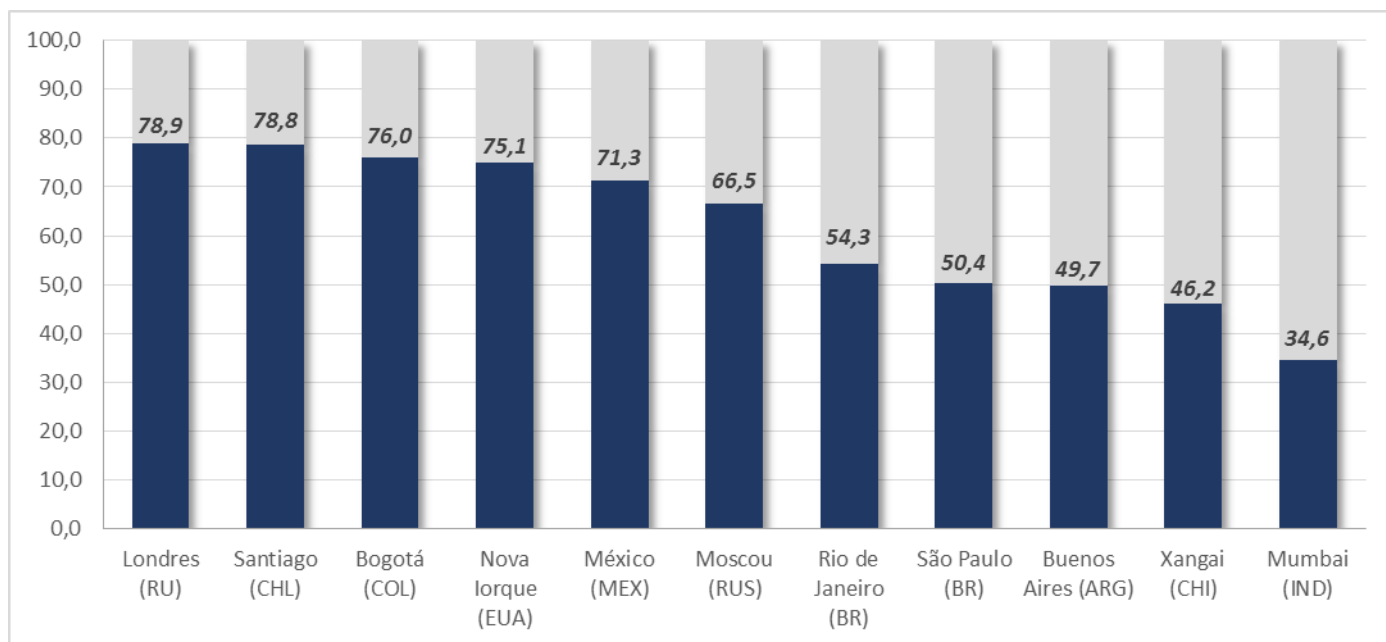


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Nova Iorque praticamente se manteve estável no período considerado (a cidade americana variou de um DTF de 91,2 em 2004 para 91,6 em 2016), enquanto a capital inglesa saiu de 89,4 em 2004 para 94,6 em 2016. As duas cidades não foram incluídas no gráfico para facilitar a visualização, já no caso do Rio de Janeiro, a não inclusão se deve a não disponibilidade de informações (só havia dados para 2015 e 2016). Em 2015 a capital fluminense obteve um DTF - “Começando um negócio” de 56,81 contra 56,78 em 2016, ligeiramente melhor que São Paulo cujo DTF, como pode ser observado pelo gráfico, foi o pior dentre as cidades consideradas em 2016. Em relação ao ranking “puro” (simples ordenação dos países), o Brasil aparece em 174° nesse quesito (começar um negócio), a pior colocação dentre os países considerados neste artigo. Argentina em 157° e Índia em 155° completam os três piores do grupo. Dentre os países latino-americanos selecionados, o Chile aparece com a melhor posição (62°). O Reino Unido é o melhor colocado do grupo com a 17° posição.

Passando para o próximo grupo de indicadores que trata especificamente de regulações para construção (o que inclui construção de galpões, plantas de fabricação etc.) - grupo de indicadores que os pesquisadores chamam de “Obtenção de permissões/autorizações de construções”, Londres apresentou o maior índice DTF (78,9), seguida por Santiago do Chile (78,8) e Bogotá (76). São Paulo (50,4) e Rio de Janeiro (54,3) ficaram apenas na frente de Buenos Aires, Xangai e Mumbai. Em termos de ranking geral, o Brasil ficou com a 169ª posição nesse quesito, a frente de China e Argentina que ocuparam a 176ª e 173ª respectivamente. Dentre os países/cidades considerados, o Reino Unido foi o mais bem posicionado do ranking geral (23ª colocação). O gráfico 4.8 traz o DTF - Obtenção de autorizações de construções para as 11 cidades.

Gráfico 4.8 - “Obtenção de permissões de construção” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

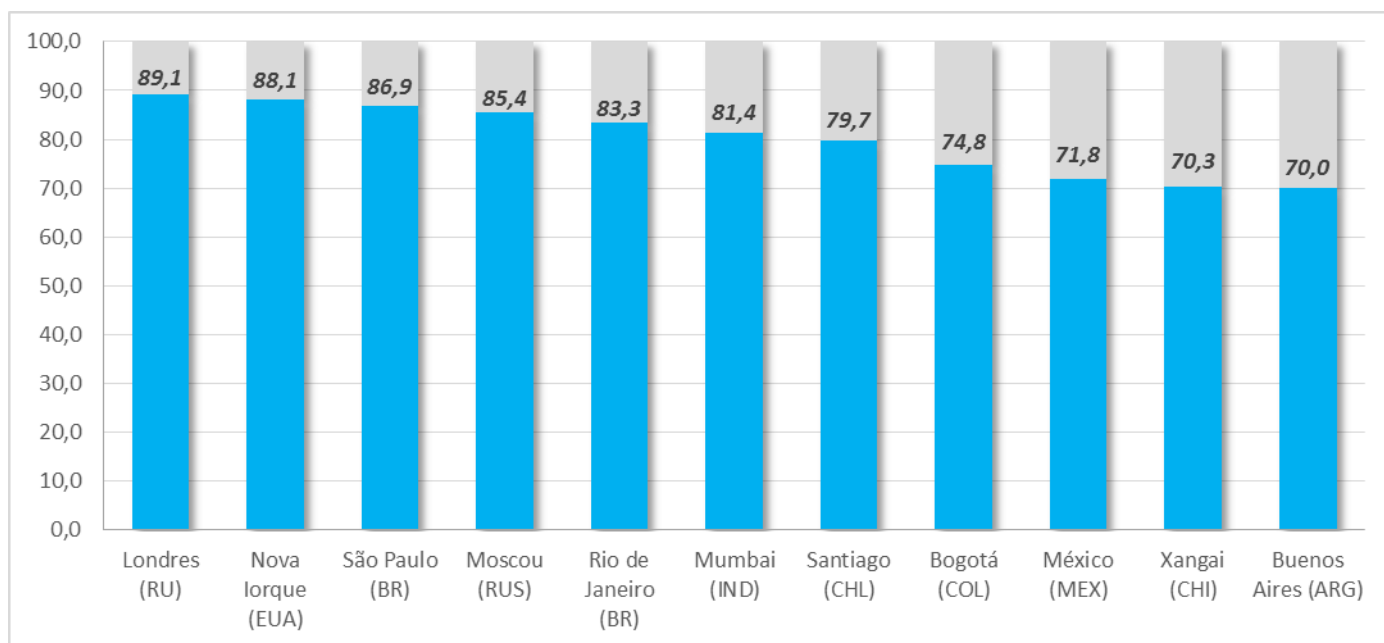


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O próximo conjunto de variáveis considerados na pesquisa (como indicado na tabela 4.1) são os procedimentos, tempo e custos para se obter energia elétrica, englobados sob o título de "Obtendo eletricidade". Neste grupo de itens, São Paulo e Rio de Janeiro se saem bem, com DTFs superiores a 80. A capital paulistana, com um índice de 86,9 fica atrás apenas de Londres e Nova Iorque (88,1) e Londres (89,1). O Rio de Janeiro, com 83,3 ocupa a 5ª posição dentre as 11 cidades consideradas neste artigo.

Buenos Aires na Argentina com 70, Xangai na China (70,3) e Cidade do México (71,8) obtiveram os três menores índices nesse quesito. O gráfico 4.9 traz o índice DTF para o grupo de variáveis relacionadas a obtenção de energia elétrica.

Gráfico 4.9 - “Obtendo eletricidade” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

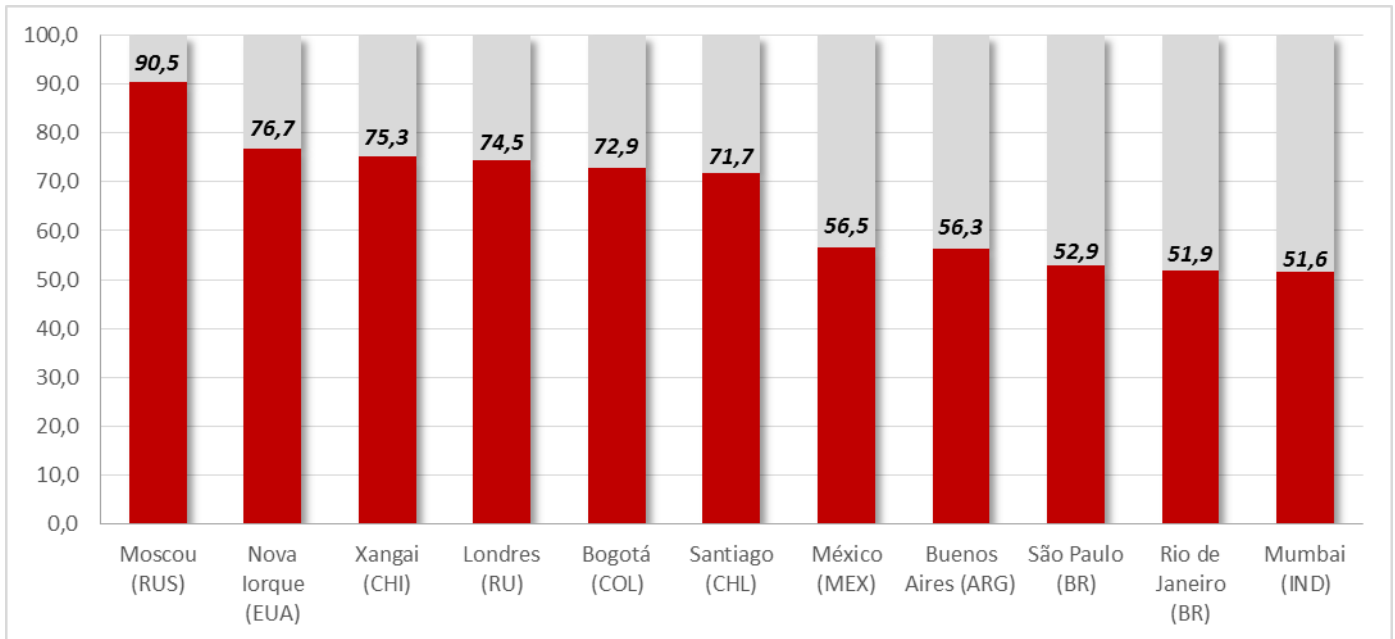


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O Brasil ficou em 22º nesse quesito levando em consideração o ranking simples/puro das 189 economias pesquisadas. Dentre os países selecionados para este artigo, somente o Reino Unido ficou a frente (em 15º). Considerando os demais países latino-americanos selecionados, o melhor colocado foi o Chile em 51º lugar.

Em relação a facilidade para registro de propriedades/imóveis, outro grupo de indicadores cobertos pela pesquisa do Banco Mundial, São Paulo e Rio de Janeiro não apresentaram bons DTFs (52,9 para a capital paulista e 51,6 para o Rio). Somente Mumbai na Índia obteve um índice menor (51,6). Dentre as cidades latino-americanas, Bogotá na Colômbia foi a que obteve o melhor desempenho com um DTF de 72,9, seguida por Santiago (71,7) e Cidade do México, com um DTF bem abaixo de 56,5. Moscou na Rússia atingiu o maior índice dentro do grupo das 11 com um DTF altíssimo de 90,5 (Nova Iorque, a segunda colocada obteve um DTF de 76,7).

O gráfico 4.10 traz esses números para as 11 cidades consideradas.

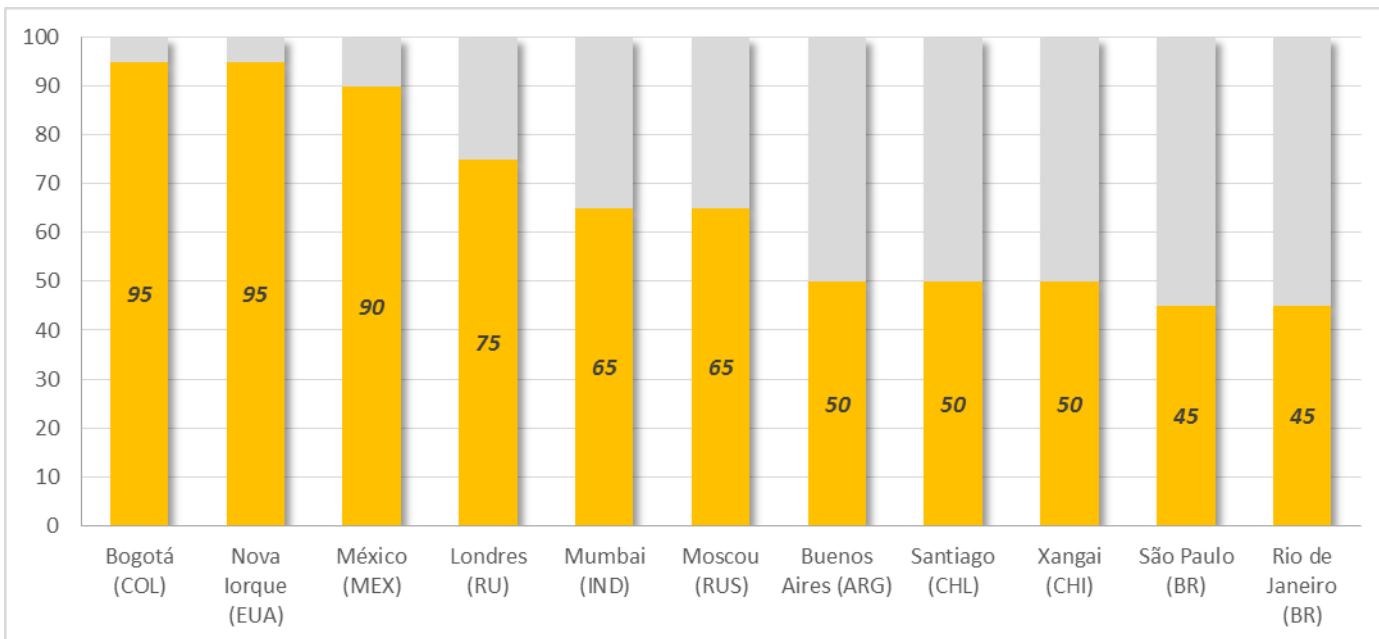
Gráfico 4.10 - “Registro de Propriedade” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em termos de ranking simples (lembrando que o Banco Mundial só divulga o ranking simples por país, não por cidade), o Brasil ficou com a 130ª posição de 189 economias na lista. Dentre os latino-americanos, a Colômbia com a 54ª posição foi o melhor. A Rússia (Moscou obteve um DTF bem elevado para esse quesito) ficou em 8º no ranking geral e obviamente foi o melhor dos países considerados neste artigo. México e Argentina ficaram em 106º e 116º respectivamente.

Outro item considerado pelo Banco Mundial é a facilidade de se obter crédito. Para isso os pesquisadores avaliam a legislação local: se ela dificulta ou facilita empréstimos, protege adequadamente o direito dos envolvidos nas operações etc., além de questões como a existência de cadastros com informações sobre pagadores de empréstimo.

Dentre as cidades consideradas, São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram os piores DTFs para esse item (45), seguidos por Xangai e Santiago ambos com DTF de 50. A melhor posição no grupo das 11 consideradas foi de Bogotá e Nova Iorque, que obtiveram um DTF de 95. A Cidade do México com 90 completa o grupo das 3 primeiras. O gráfico 4.11 traz o DTF para as cidades consideradas no artigo. Quanto ao ranqueamento puro, o Brasil aparece na 97ª posição (de 189). Argentina, Chile e China ficaram empatadas no 79º lugar. Dentre os países considerados, Colômbia e EUA ficaram com a 2ª colocação geral.

Gráfico 4.11 - “Obtendo crédito” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

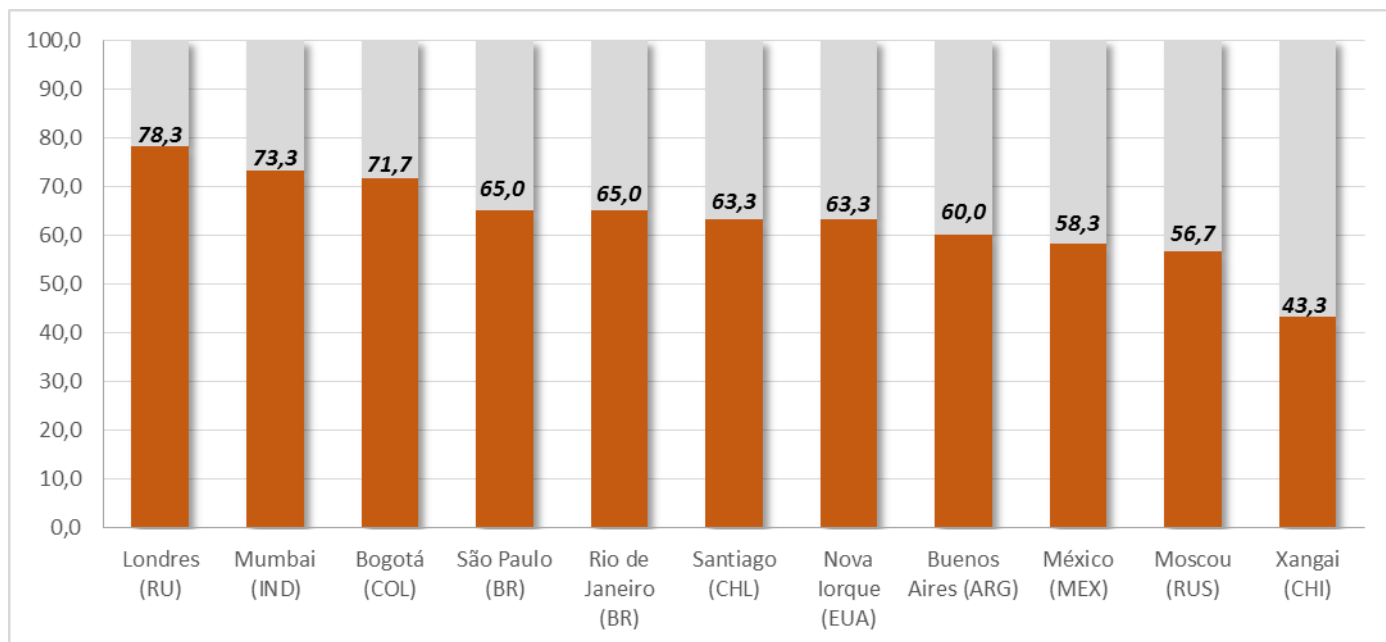
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O próximo grupo de variáveis trata da proteção dos investidores minoritários. Assim como no caso anterior, o Banco Mundial olha algumas condições que a legislação local teria que cumprir e distribui pontos quando a condição é verificada. Dentre outras, são checados itens como se a empresa precisa ter seus balanços auditados por auditores externos, se investidores com menos de 5% do capital da empresa podem incluir itens nas assembleias, se os acionistas são avisados com 30 dias de antecedência sobre as mesmas, se a venda de 51% dos ativos da empresa requer aprovação de acionistas, se acionistas com 10% do capital tem o direito de chamar assembleias extraordinárias, se sendo uma cia. limitada e o comprador da empresa precisa da aprovação dos demais acionistas toda vez que emitir novas ações.

Considerando o índice DTF para esse grupo temático de variáveis (gráfico 4.12), São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram o mesmo valor (65), dado que essa matéria é basicamente tema de regulação/legislação federal. Os três melhores DTFs foram de Londres com 78,3; Mumbai (73,3) e Bogotá (71,7). Dentre as cidades latino-americanas, Santiago (empatada com Nova Iorque) ficou com 63,3, enquanto Buenos Aires obteve 60 pontos. As três piores foram a Cidade do México com 58,3; Moscou (56,7) e Xangai (43,3).

No ranking simples, o Brasil ficou em 29º lugar, atrás da Colômbia com o 14º, Índia com a 8ª posição e Reino Unido (4º). Chile e Argentina ficaram, respectivamente, em 36º e 49º.

Gráfico 4.12 - “Proteção dos investidores minoritários” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

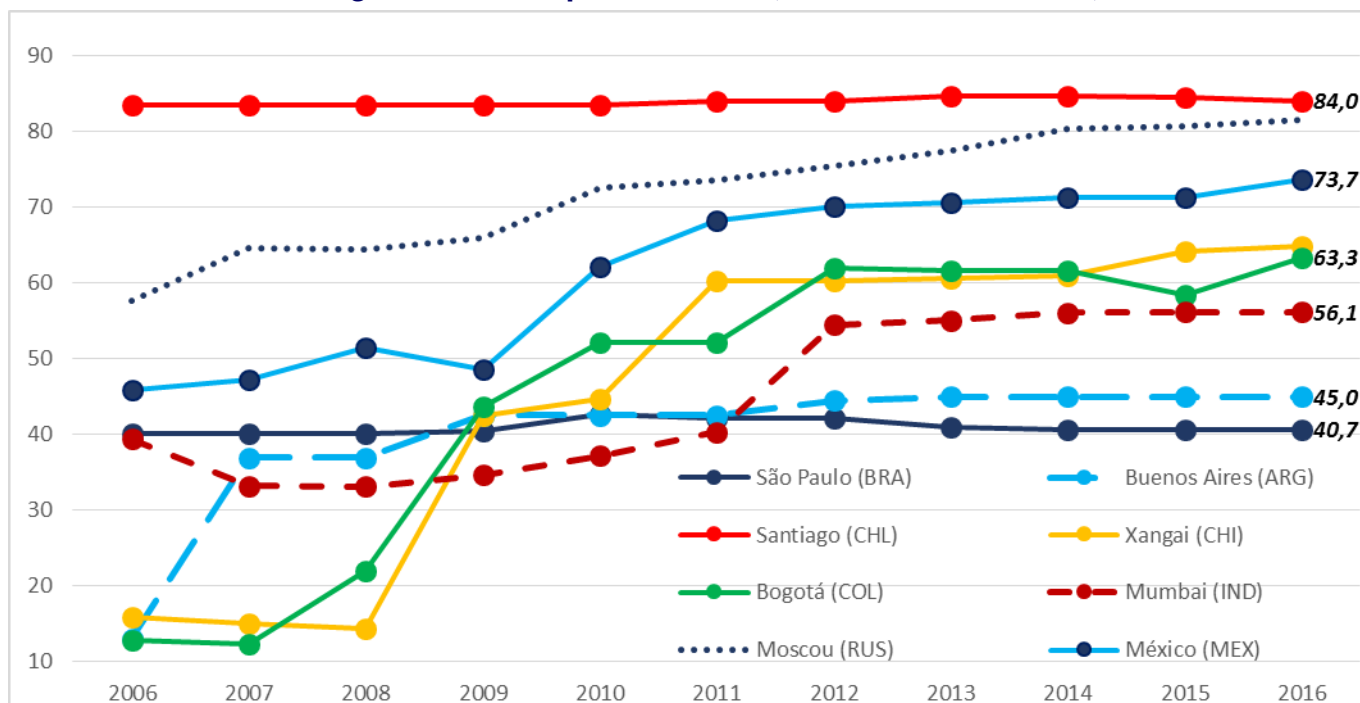
O próximo grupo de indicadores trata do pagamento de impostos, que procura mensurar os pagamentos (custos) e o tempo necessário para cumprir as exigências locais quanto a essa questão. Esse é um indicador que o Banco Mundial divulga o índice DTF (distância da fronteira) desde 2006 para a maioria das cidades consideradas neste artigo.

O gráfico 4.13 traz a evolução do DTF - Pagamento de Impostos para 8 das 11 cidades consideradas. A exclusão do Rio de Janeiro se deve a não disponibilidade de dados.

Pelos dados divulgados, São Paulo foi uma das cidades que menos evoluíram nesse quesito. Seu DTF era de 40,11 em 2006, atingiu um máximo de 42,71 em 2010 para depois cair um pouco e estabilizar nos 40,68 desde 2014. Em relação aos valores de 2016, São Paulo é a pior cidade (dentre as consideradas), acompanhada de perto por Buenos Aires que saiu de um DTF de apenas 13 em 2006 para alcançar 45 em 2016. Algumas cidades como Bogotá e Xangai apresentaram uma evolução considerável nesse quesito. A cidade colombiana saiu de um DTF de 12,82 em 2006 para 63,31 em 2016. Já a cidade chinesa começou com uma pontuação de 15,92 em 2006 para atingir 64,81 em 2016. Outras cidades como Moscou e Cidade do México também evoluíram no período; a cidade mexicana, por exemplo, tinha um DTF de 45,82 em 2006, próximo ao valor de São Paulo, número que saltou para 73,66 em 2016.

Sobre as cidades que não estão no gráfico (Nova Iorque e Londres), a cidade americana saiu de um índice de 72,6 em 2006 para 79,6 em 2016. Já a capital inglesa tinha um DTF de 90,31 em 2006 e ficou relativamente estável (variando entre o mínimo de 89,35 e alcançando o máximo de 91,33 em 2016).

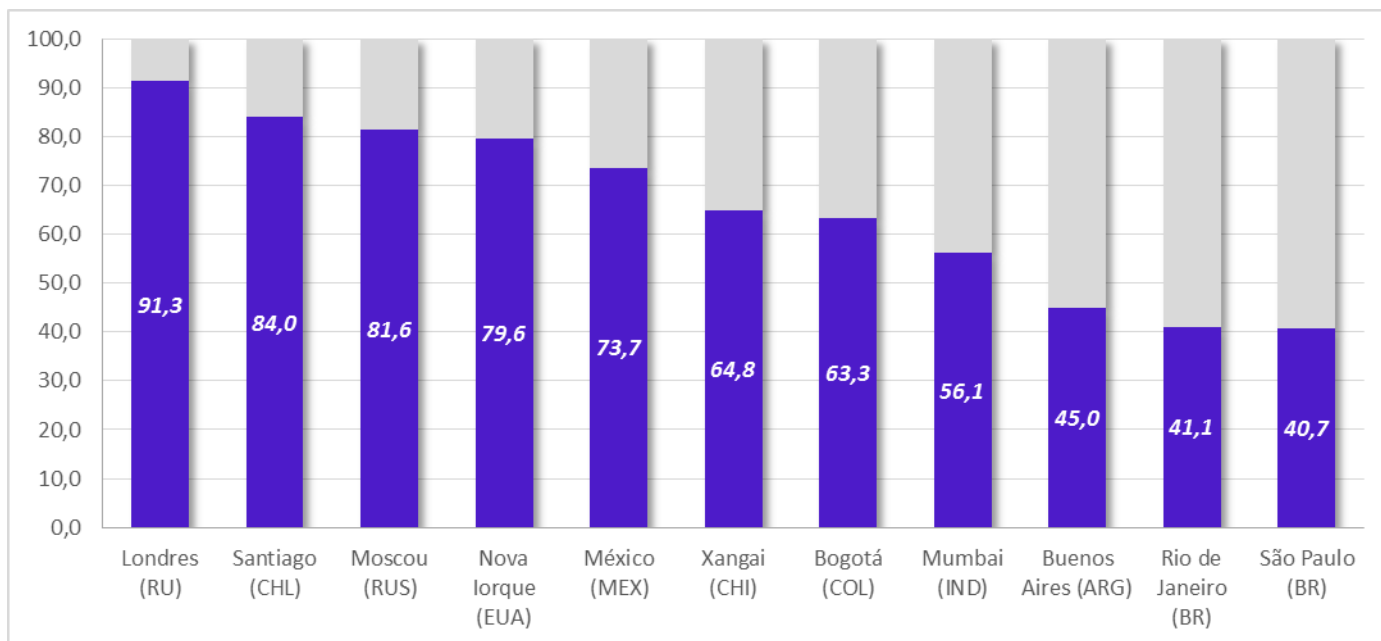
Gráfico 4.13 - “Pagamento de Impostos” - DTF (Distância da fronteira) - 2006 - 2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Olhando apenas para os números do “*Doing Business 2016*”, São Paulo com 40,7 de DTF foi a pior colocada dentre as 11 cidades consideradas, acompanhada de perto pelo Rio de Janeiro com 41,1 e por Buenos Aires com 45. Dentre as cidades latino-americanas, Santiago do Chile obteve o DTF mais elevado, 84. México com 73,7 e Bogotá com 63,3 completam o bloco. A melhor cidade nesse quesito foi Londres, com um DTF de 91,3. O gráfico 4.14 traz o DTF - Pagamento de Impostos das 11 cidades para a edição 2016 da pesquisa do Banco Mundial.

Em relação ao ranking simples, o Brasil é o pior colocado dentre os países selecionados para este artigo com o 178º lugar (de 189 economias participantes da pesquisa). A Argentina com a 170ª posição é a segunda pior. Chile, México e Colômbia ocupam respectivamente as posições 33º, 92º e 136º. O melhor colocado do grupo, Reino Unido, tem o 15º lugar.

Gráfico 4.14 - “Pagamento de impostos” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

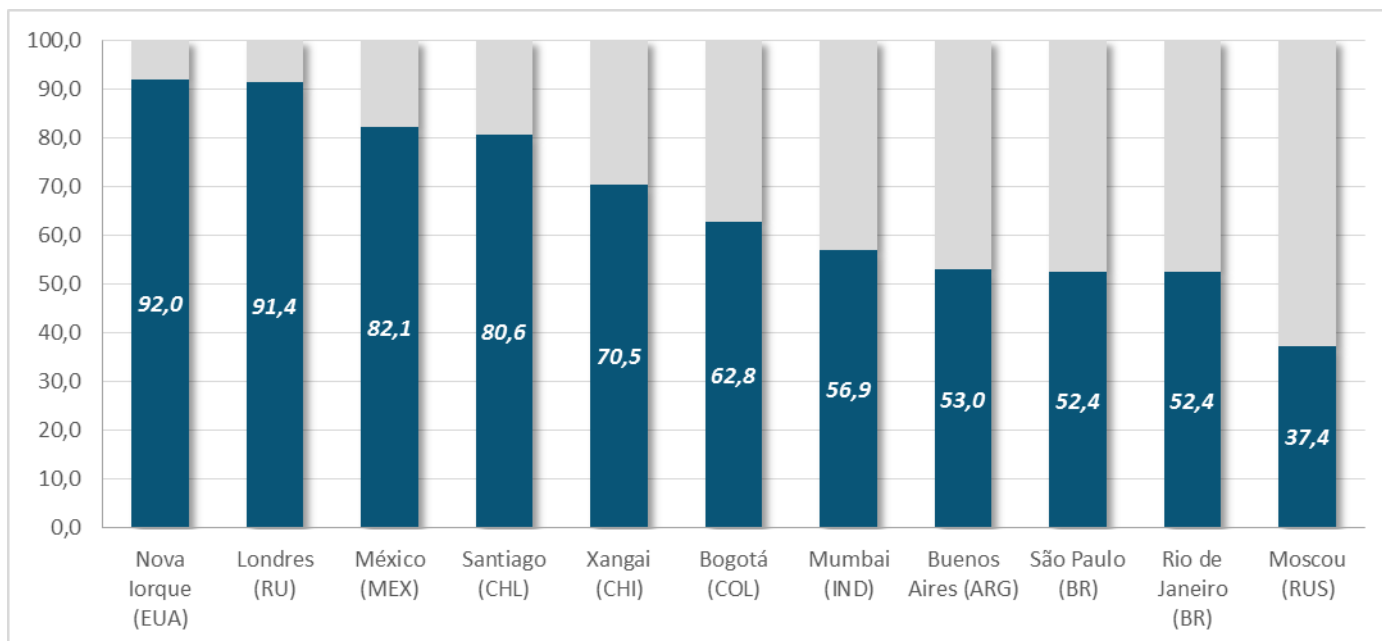
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No quesito “comércio internacional”, o Banco Mundial mensura o tempo e custo para exportar e importar. Não são consideradas no levantamento tarifas de exportação e importação, mas sim os custos dos procedimentos (tanto internos com documentação, quanto “procedimentos de fronteira”) para realização da transação.

Olhando para o DTF desse item das 11 cidades escolhidas para este artigo (gráfico 4.15), São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram uma pontuação baixa (52,4), apenas a frente de Moscou na Rússia com um DTF bem abaixo das demais, de 37,4. Buenos Aires apresentou um valor bem próximo das cidades brasileiras (53). Lembrando que esse também é um tema largamente disciplinado por normas federais, então é natural que São Paulo e Rio obtenham os mesmos resultados.

Dentre as cidades latino-americanas do grupo, a Cidade do México com um DTF de 82,1 foi a com melhor desempenho, apenas atrás de Londres (91,4) e Nova Iorque (92). Santiago ficou próxima da capital mexicana com um DTF de 80,6.

Em termos de ranking direto, o Brasil obteve a 145ª colocação geral, acompanhado de perto pela Argentina (143ª). Os EUA, dentre o grupo considerado no artigo, foi a economia com melhor desempenho nesse quesito, mas no ranking geral ficou apenas na 34ª colocação. O melhor latino-americano, o México é apenas o 59º colocado, enquanto o Chile ocupa a 63ª posição.

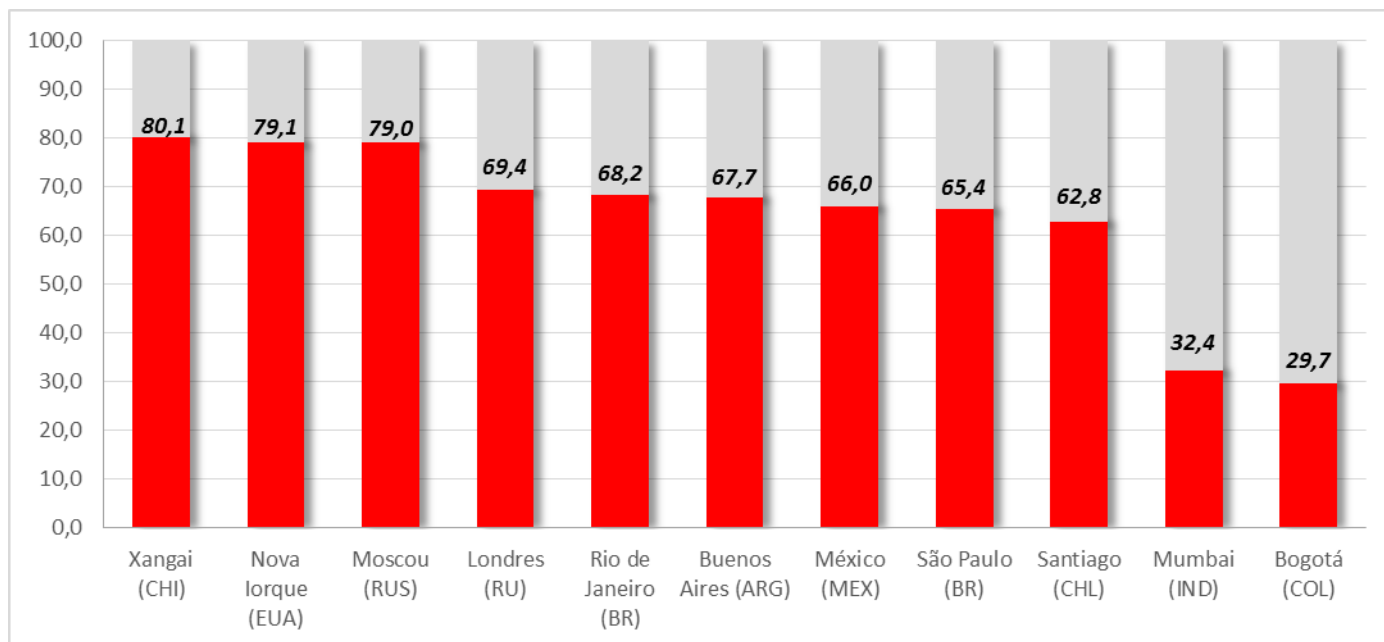
Gráfico 4.15 - “Comércio Internacional” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O penúltimo grupo de variáveis consideradas na pesquisa “*Doing Business*” do Banco Mundial é a efetiva aplicação dos contratos. Basicamente o que os pesquisadores querem mensurar é o quanto dispendioso (em termos de tempo e custo) a resolução de disputas comerciais é nas economias pesquisadas.

Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram desempenhos (em termos de DTFs) ligeiramente diferentes. A capital fluminense obteve um DTF de 68,2, o maior dentre as cidades latino-americanas, enquanto São Paulo registrou 65,4 pontos. Em relação as demais cidades latino-americanas, com exceção de Bogotá que recebeu um DTF de 29,7 (o pior considerando o grupo das 11 cidades), todas conseguiram índices próximos. Buenos Aires, segunda melhor latino-americana, registrou 67,7 pontos, seguida da Cidade do México com 66. Santiago ficou atrás de São Paulo, mas também com um DTF na casa dos 60 pontos (62,8). A melhor colocada dentre as 11 cidades foi Xangai com 80,1. O gráfico 4.16 traz esses números.

Olhando para o ranking simples, a Rússia, dentre as economias consideradas, foi a mais bem colocada (5º lugar), seguido de China (7º) e EUA (21º). O Brasil ficou na 45º posição, a frente do Chile (56º), Índia (178º) e Colômbia (180º). Como o ranking brasileiro é uma média entre os resultados de São Paulo e Rio e São Paulo foi pior que Buenos Aires, a Argentina acabou ficando com uma classificação melhor (38º) no ranking normal.

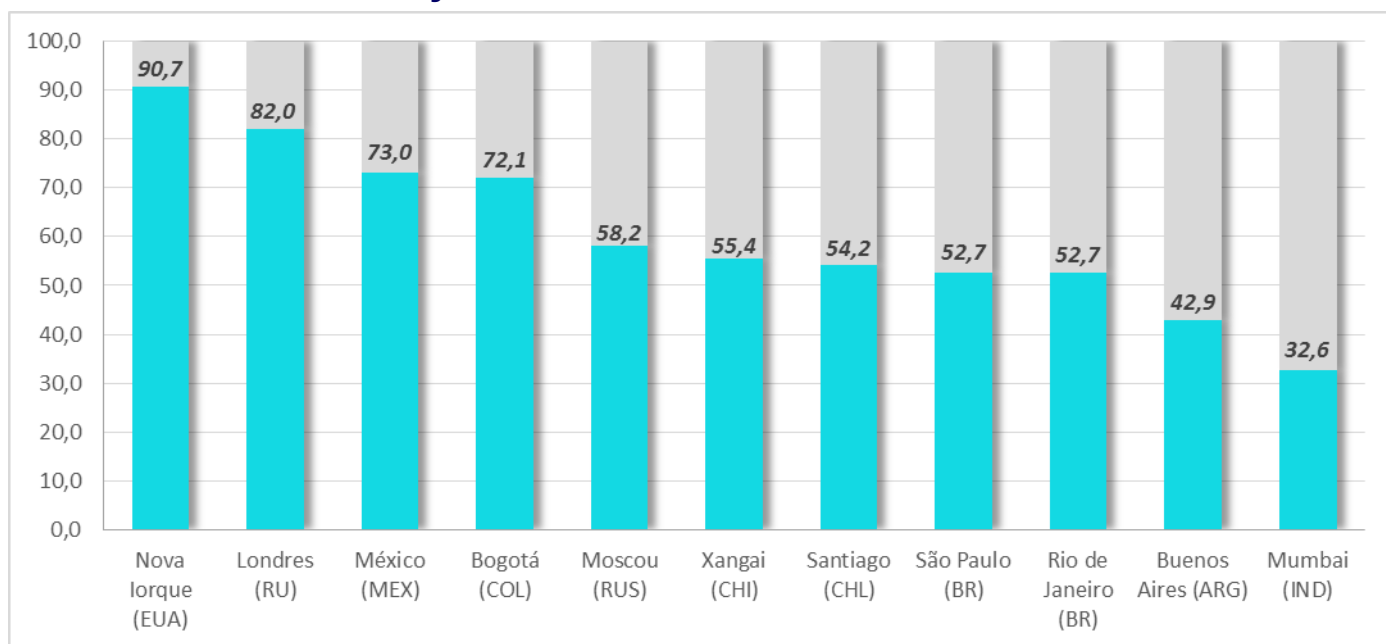
Gráfico 4.16 - “Execução de contratos” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O último item da pesquisa é o grupo de indicadores que trata de falências/insolvência. O objeto aqui é mensurar o tempo, custo dos processos de falência/recuperação judicial nas diversas economias bem como a efetividade desses processos (se eles acabam recuperando os negócios, recuperando parte dos investimentos feitos pelos credores etc..).

Olhando para o DTF (que faz uma avaliação do desempenho geral das cidades em cada grupo de indicadores), São Paulo e Rio de Janeiro não se saem muito bem. Ambas as cidades receberam uma pontuação de 52,7; apenas superior a de Buenos Aires (42,9) e Mumbai (32,6). A Cidade do México foi a cidade latino-americana com o melhor desempenho para esse quesito (73), seguida de perto por Bogotá com um DTF de 72,1. Nova Iorque (90,7) e Londres (82) foram as duas cidades com os melhores índices. O gráfico 4.17 traz o DTF desse quesito para as 11 cidades escolhidas.

Em termos de ranking geral, o Brasil ocupa a 62ª posição nesse quesito. O melhor latino-americano, dentre as economias consideradas neste artigo, é o México com a 28ª posição, seguido de perto pela Colômbia (30ª posição). Chile em 58ª e Argentina com a 95ª posição completam o grupo dos latino-americanos. O mais bem ranqueado do grupo escolhido é os EUA com a 5ª colocação.

Gráfico 4.17 - “Resolução de insolvência” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Vereadores da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2016:

Presidente: Antonio Donato
1ª Vice-Presidente: Milton Leite
2º Vice-Presidente: Edir Sales
1º Secretário: Adolfo Quintas
2º Secretário: Adilson Amadeu
1º Suplente: George Hato
2ª Suplente: Eduardo Tuma

Abou Anni	Laércio Benko
Alfredinho	Mario Covas Neto
Andrea Matarazzo	Nabil Bonduki
Anibal de Freitas	Natalini
Antonio Carlos Rodrigues	Nelo Rodolfo
Ari Friedenbach	Noemi Nonato
Arselino Tatto	Ota
Atílio Francisco	Patrícia Bezerra
Aurélio Miguel	Paulo Fiorilo
Aurélio Nomura	Paulo Frange
Calvo	Pr. Edemilson Chaves
Celso Jatene	Quito Formiga
Claudinho de Souza	Reis
Conte Lopes	Ricardo Nunes
Dalton Silvano	Ricardo Teixeira
David Soares	Ricardo Young
Eliseu Gabriel	Salomão Pereira
Gilson Barreto	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jamil Murad	Souza Santos
Jean Madeira	Toninho Paiva
Jonas Camisa Nova	Toninho Vespoli
José Police Neto	Vavá
Juliana Cardoso	Wadih Mutran

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.
Estagiária: Bruna Leal Costa da Silva.

Contato: cteo2@camara.sp.gov.br